



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Área de Promoción de la Investigación

ENSAYOS

www.clacso.org



Jovens protestam nas ruas do Brasil: O que revela essa potência da multidão em revolta?¹

Resumo:

O presente ensaio traz como principal foco as manifestações nas ruas do Brasil, iniciadas em junho de 2013, assim como a magnitude e proporção que tomaram nas diversas regiões e principais cidades do país, tomando por base as 12 hipóteses levantadas pelos sociólogos, durante o Congresso da Associação Latino-Americana dos Estudos do Trabalho – ALAST. Somado a este material, discute as diferentes interpretações do fenômeno por parte de teóricos e de coberturas jornalísticas veiculadas na imprensa, matérias, artigos, entrevistas e livros publicados neste período. Busca analisar, a partir de entrevistas feitas nas ruas, quais são os marcos de identificação que esses jovens usam quando se manifestam? Quais são os princípios /horizontes utópicos da juventude brasileira? Como se mobilizam? O que estão tentando dizer? Se esses jovens usam formas não convencionais de mobilização, que não são as políticas tradicionais, em que medida a cultura e a arte passam a ser instrumentos de mobilização de coletivos que lutam por alguma demanda? O que revela essa potência da multidão em revolta? Que novas possibilidades podem apontar para a política e a democracia? Trata-se de uma potência da multidão que nos interessa seguir as trilhas, com todos os riscos e incertezas que implicam interpretar as transformações do mundo.

Palavras-chaves: multidão, juventude, protestos, potência, política, estética.

Jóvenes protestan en las calles del Brasil: lo que muestra esta fuerza de la multitud en rebelión?

Resumen:

Este trabajo tiene como foco principal las manifestaciones en las calles de Brasil, iniciadas en junio de 2013, así como la magnitud y la proporción de los que tomo en las distintas regiones y principales ciudades del país, basado en las 12 hipótesis planteadas por los sociólogos durante El Congreso la Asociación Latinoamericana de Estudios Laborales – ALAST. Sumado a esto, se examinan diferentes interpretaciones del fenómeno de la cobertura de noticias teóricas y transportadas en la prensa, materiales, artículos, entrevistas y libros publicados en este periodo. Pretende analizar, a partir de entrevistas en las calles, que son las marcas de identificación que estos jóvenes utilizan cuando ocurren?Cuál son los principios/horizontes utópicos de la juventud brasileña? Como ellos se movilizan? Qué están tratando de decir? Si los jóvenes utilizan estas formas no convencionales de movilización que no son las políticas tradicionales, en qué grado la cultura y la arte se convierten en instrumentos para la movilización de la lucha colectiva por parte de los que luchan por una demanda cualquier? Lo que revela el poder de la multitud en la revuelta? Qué nuevas posibilidades puede apuntar a la política y la democracia? Es un poder de la multitud que nos interesa seguir las pistas, con todos los riesgos e incertidumbres que implican interpretar los cambios en el mundo.

Palabras clave: multitud, juventud, protestas, poder, política, estética.

¹Ana Lúcia Pardo, atriz, jornalista, gestora e pesquisadora na área de Cultura.
<http://lattes.cnpq.br/1241080975580754>.

Young persons are protest in the streets of the Brazil: what signify that potency of the multitude in that the rebellion?

Abstract:

This paper has as main focus on the popular marches in the streets of Brazil, begun in June 2013, as well as the magnitude and proportion who took in the various regions and main cities of the country, based on the 12 hypotheses raised by sociologists during the Congress the Latin American Association of Labor Studies - ALAST. Added to this, it discusses different interpretations of the phenomenon by theoretical and conveyed news coverage in the press, materials, articles, interviews and books published in this period. Seeks to analyze, from interviews on the streets, which are the marks of identification that these young people use when they go to the streets to manifest their thinking? What are the principles / utopian horizons of Brazilian youth? How they mobilize? What are trying to say? If young people use these unconventional forms of mobilization that are not the traditional policies, the extent to which culture and art become instruments for mobilizing collective fighting for some demand? What reveals the power of the crowd in revolt? What new possibilities can point to politics and democracy? It is a power of the crowd that interests us follow the tracks, with all the risks and uncertainties involving interpret changes in the world.

Keywords: multitude, young people, protest, potency, political science, esthetics.



Fotografia de Pablo Vergara, na Av. Presidente Vargas, Rio de Janeiro nas manifestações de junho de 2014.

*Dedico este trabalho a todos os ativistas,
manifestantes,
Black Blocs, Anonymous,
jovens ou não, anarquistas, comunistas, socialistas,
militantes partidários e apartidários, trabalhadores e os sem trabalho,
com suas bandeiras, cartazes, faixas, vinagre, bandanas, máscaras,
nariz de palhaço, roupas pretas ou vermelhas, seus tênis, sapatos,
chinelos ou pés descalços...nas ruas, redes sociais, nas tribos,
por reconhecer nessas subjetividades e suas práticas de resistência, seus
diferentes modos de se manifestar, de se insurgir, de gritar, denunciar
ou calar, de cantar e brincar, uma enorme potência criadora, que
pode
significar uma outra ética, outra estética, uma outra política e outra
democracia, uma partilha de afetos, de pertencimento,
de ocupação coletiva do espaço comum,
Uma potência que me fez, de novo e sempre, ir pras ruas e voltar
suficientemente provocada para fazer este trabalho, compartilhado de
muitas vozes, imagens e vontades de mudança.*

A Eder Sader

“Las revoluciones son flujos caóticos de iniciativas colectivas sociales, impulsos fragmentados que se cruzan, se enfrentan, se suman y articulan para volver a dividirse y cruzarse. Nada está definido de antemano. No se tiene un programa escrito o una propuesta que sea capaz de prever lo que vendrá. Cada revolución es única por las fuerzas que la promueven, por la historia de los adversarios que enfrenta, por los problemas, territorios y raíces singulares e irrepetibles de quienes se involucran. Las revoluciones son flujos de lava social que se despiertan por todas partes y hacia todas partes y en las que cada nuevo paso es un referéndum mismo sobre el curso de la revolución. Las revoluciones no tienen un curso predeterminado, si lo tuvieran no serían tales sino decisiones burocráticas de un poder que ha expropiado el alma al pueblo. Ellas avanzan, se detienen, retroceden, se caen y vuelven a avanzar nuevamente, a veces sin saber bien cuál es el siguiente paso, inventando a cada rato su itinerario. Las luchas y contradicciones no pueden pues asustar a los revolucionarios porque son la sangre, el hálito de vida, el impulso fundante de las sociedades, de las clases sociales, de la propia vida de los revolucionarios, del cielo que nos cobija a todos”. (LINERA, 2011, p.2)

Introdução

Inquietada com as manifestações que movimentaram nosso país, desde junho de 2013, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, decidi ir pras ruas e me embrenhar na multidão, o que resultou em levantamento de vasto material de pesquisa em curso, cujo ensaio nesta publicação da CLACSO representa uma importante oportunidade de compartilhar parte destas inquietações com você, caro@ leitor@. Esta experiência me revelou que estou tão diretamente envolvida ao participar dessas movimentações, quanto instigada a entender o fenômeno sob os diferentes olhares para interpretá-lo.

Este trabalho tem como fonte de pesquisa uma série de entrevistas realizadas com jovens manifestantes durante os protestos nas ruas do Rio de Janeiro, bem como, uma análise de reportagens que destacaram este tema, veiculadas nos meios de comunicação, principalmente em jornais e revistas, juntamente com muitos livros, entrevistas e artigos de teóricos, publicados nesse período, e suas interpretações do fenômeno e/ou subtemas que apareceram na pauta de reivindicações da multidão em revolta. Somado a este material, foi feito um levantamento de imagens, tanto de links de vídeos produzidos por coletivos, pelo Mídia Ninja e por outros grupos, mas principalmente, de fotografias difundidas durante o processo, uma vez que o nosso foco está centrado no campo imagético dessas intervenções político-estéticas.

Por conta disso, utilizamos neste ensaio algumas imagens do fotógrafo chileno Pablo Vergara, que trabalha com diferentes veículos de comunicação, sobretudo fazendo coberturas jornalísticas de muitos movimentos sociais, no jornal *Brasil de Fato*. Vergara se embrenhou no meio da multidão, acompanhou de perto os confrontos, as ocupações nas ruas e as marchas ocorridas desde junho de 2013, pelo país. Desse farto material colhido, selecionamos algumas imagens que contam um pouco dessa história, revelam o colorido de seus personagens, suas expressões e símbolos, suas subjetividades, suas práticas de resistência estética. A arte revelou sua potência criadora e dimensão transformadora, tanto nos corpos e movimentos desses atores na luta por mudança, quanto no trabalho de Pablo Vergara, que fez parte do processo e registrou com suas lentes o seu olhar sobre este fenômeno. Trazemos imagens dos Black Blocs de bandanas em confronto com a polícia, de um professor empunhando um cartaz no meio da avenida convocando uma aula na rua durante a manifestação, do Ocupa Câmara Municipal do Rio na Praça Cinelândia, de uma manifestante que pintou o corpo todo até o pescoço e foi pras ruas, ou do ativista usando máscara do Anonymous com a bandeira brasileira e muitos outros personagens ocuparam a arena pública.

O fotógrafo Gabriel Mascaro também fez uma imersão nesse cenário político e conseguiu capturar significativas expressões, concentrando um de seus trabalhos nos pés dos manifestantes, não só por uma escolha estética, mas pela dimensão política ao descobrir, na sua pesquisa, que o sistema de inteligência da polícia utilizava imagens como essas para criminalizar e prender ativistas, assim como tentaram inicialmente fazer com as máscaras. Suas pesquisas, sob a forma de fotografias, contribuíram em muito para este trabalho, que não está isento de minha formação, trajetória, opção política e visão de mundo, envolvendo a militante, a jornalista, a artista, a gestora de cultura e, nesse caso, a pesquisadora, que residem em mim.

A veia militante

O clamor dos protestos nas ruas, naquele mês de junho de 2013, instigou, num primeiro instante, a militante que estava adormecida, descrente e tomada pelo desencanto com os caminhos atuais da política, levando-me a sair porta afora e a lançar-me ao desconhecido, ao participar de manifestações que imprimiam outro discurso e outra forma de fazer política, diferenciada das antigas modalidades de lutas, próprias da minha geração.

Nossas bandeiras vermelhas de esquerda não estavam lá, nem o megafone, os panfletos, o carro de som e nossas palavras de ordem. Eram múltiplos atores, na sua maioria de rostos mais jovens, com pautas e faixas que se somavam na grande multidão. Corríamos da polícia, das bombas de gás lacrimogênio, nos abaixávamos formando uma massa humana sob os voos rasantes dos helicópteros das redes de televisão.

A veia jornalística

Ao ficar plenamente tomada pelos protestos dia a dia, passei a reunir um farto material de imprensa, pois, como jornalista, me chamou a atenção o fato dos protestos terem ocupado a agenda, a pauta dos veículos de comunicação, impressos e televisivos. Nas bancas, era possível perceber que o tema das manifestações, assim como os muitos subtemas que suscitaram, ganhou por longos dias as manchetes das capas de jornais e revistas, de diferentes segmentos e áreas do conhecimento: antropologia, sociologia, filosofia, economia, política, literatura, artes, cultura, saúde, educação, etc. Ainda que os protestos não estejam mais em destaque nas primeiras páginas, os desdobramentos desse processo continuam em foco nos diferentes assuntos que colocaram em evidência. Isso me levou a organizar em quatro pastas um *clipping* com esse material, a fim de analisar as diferenciadas interpretações do fenômeno, sendo possível perceber, implícita e explicitamente, a ideologia difundida em cada um dos

materiais pesquisados, seja pelos discursos e abordagens, ou pelos termos utilizados para caracterizar os manifestantes e suas reivindicações, seja pelas frases, títulos, fotografias e do que se escolheu evidenciar ou ocultar, extrapolando o registro factual daquilo que passou a ser considerado como notícia, em nome da “liberdade de imprensa”. A revolta imediata dos manifestantes que não aceitaram a criminalização dos protestos, na matéria da revista *Veja*, por exemplo, levou um grupo de ativistas a fazer um ritual de queima de exemplares desta revista em praça pública. Além disso, muitos jornalistas, durante a cobertura dos protestos, foram hostilizados pelos ativistas, e carros de reportagem foram apedrejados e queimados por representarem os veículos que são alvos daquilo que desejam combater. Não se pode esquecer que a democratização dos meios de comunicação entrou no rol da pauta reivindicatória manifestada nas ruas e ganhou força, tanto na cobertura contra-hegemônica que fizeram, postando em tempo real as imagens coletadas nos seus celulares, acompanhadas de comentários e posturas críticas, quanto por se posicionarem diante da perseguição policial reforçada por parte da imprensa, que os classificou de vândalos e criminosos.

A veia artística

Mas, além de toda essa dimensão política da manifestação que me fez retomar fortemente a militância nos movimentos sociais e culturais, também foi despertada a minha veia jornalística pra perceber que tinha em mãos um rico material registrado, tanto nas vias tradicionais quanto nas formas independentes de circular a informação, sobretudo pela internet. Além disso, explicitando essas duas forças em disputa, o que despertou também a minha atenção foi perceber que os jovens, em geral, utilizaram meios não convencionais de mobilização, que não são oriundos das políticas tradicionais. Para isso, lançaram mão de estratégias e de uma organização comunicacional diferenciada de convocar pra rua e de transmitir as imagens dos atos. Mas não só isso, as intervenções e estratégias utilizadas pelos ativistas assumiram uma forma estética, expressa pelo atravessamento das imagens e pela performance artística, dispensando muitas vezes o tradicional uso da palavra escrita, falada em microfones ou transmitida em matérias jornalísticas. Um exemplo são os *Black Blocks*. Com suas vestimentas escuras, de bandanas e máscaras, eles partiam para o confronto direto com a polícia e/ou para a quebra de agências bancárias e demais estabelecimentos identificados como símbolos do capitalismo. O vermelho dos antigos ativistas de esquerda deu lugar ao preto, de tom mais anarquista, nesse caso, com suas intervenções performáticas que, com o uso de táticas de combate e de forma espalhada, veio a substituir o formato compacto de marcha pacífica. Vamos perceber, depois, que essa indumentária dos ativistas da

multidão que ocupou as ruas, com sua corporeidade, seus personagens, figurinos, máscaras e elementos de cena, será detalhadamente usada para identificar e punir os pretensos responsáveis pelos protestos. Nesse caso, identifiquei, a partir da minha prática artística, elementos do teatro e de espetáculo nesses protestos que, em minha opinião, merecem ser analisados.



Fotografia de Pablo Vergara de um professor durante o protesto nas ruas do Rio de Janeiro 2013

O devir revolucionário

Antes de tudo, minha principal motivação é o devir revolucionário, mesmo sabendo que as revoluções não têm um curso determinado, inventando a cada momento seu itinerário. Ao mesmo tempo, me parece urgente que também as universidades não fiquem de fora deste debate, até mesmo para se repensarem dentro deste cenário social, político e cultural, ultrapassando a complexidade e as limitações que estão implicadas em toda e qualquer tentativa de se fazer uma leitura de algo tão recente, que ainda está em curso e se desenhando a cada dia.

No entanto, há uma potência da qual é impossível desviar o olhar, que me instiga a fazer parte e a me posicionar. Estamos sendo provocados, diariamente, por uma infinidade de vozes, de imagens e narrativas ocupando o espaço público, principalmente de jovens, que estão expressando novos comportamentos da sociedade e seus desejos de futuro. Isso à revelia das tradicionais formas de se fazer política, cobertura jornalística e, quem sabe, também da

escrita acadêmica. Nesse universo, busco analisar quais são os marcos de identificação que esses jovens usam quando se manifestam? A partir daí, poder-se-ia perguntar: quais são os princípios/horizontes utópicos da juventude brasileira? Que elementos fazem com que se juntem e se organizem? Como se mobilizam? O que estão tentando dizer? Até onde esses mecanismos, que saem do controle e estão numa fronteira entre insurgências e atos de vandalismos, são capturados? Até onde podemos chamar tais atos de insurgências? Que estratégias utilizam? Que potência é essa que se investe de 20 centavos – na força à luta contra o aumento das passagens do transporte público? De que maneira esses elementos expressam corporeidades múltiplas? Conseguiriam ser um avesso que escapa à captura do espetáculo?

Mais do que isso, interessa focar, nessa polissemia de significados, uma estética que atravessa esses manifestos, um conjunto de símbolos, gestos, comportamentos, máscaras, personagens, corpos que ocupam os espaços da cidade, que me impulsionam não somente a seguir essas trilhas como observadora, como também, a me deixar impregnar deste devir revolucionário de modo a inventar e a dar espaço para que o corpo encontre uma nova forma de registrá-las, que não seja apenas pela via da escrita. Se esses jovens usam formas não convencionais de mobilização que não são as políticas tradicionais, em que medida a cultura e a arte tornam-se instrumentos de mobilização de coletivos que lutam por alguma demanda? O caráter performático está associado ao caráter de violência? Que termos novos aparecem nas discussões? O que pensam esses ativistas acerca da política? O que pensam da democracia? Que subjetividades expressam? Como eles avaliam os protestos de junho?

Como interpretar o mundo?

Nesse contexto, não me vejo como observadora, mas como participante do processo, de certa forma como a antropóloga Mônica Wilson², que negava a si mesma esse estatuto de observadora, ao afirmar “o intérprete é o que ouve, mas também, o que fala,” por entender que ser intérprete é uma opção política. É um sujeito político coletivo que interpreta, mas também propõe e sobre o qual recaem as políticas públicas e ações políticas. Além de tomar como referência Mônica Wilson, para falar do lugar do intérprete, o antropólogo português João de Pina Cabral³, avalia que o relativismo epistemológico é perverso porque é possível traduzir sem viver. O gesto etnográfico faz parte da história. “Nos afastamos da questão

2Antropóloga citada por João de Pina Cabral, na conferência de abertura da X Reunião de Antropologia do Mercosul, que ocorreu na Argentina, no período de 10 a 13 de julho de 2013.

3Antropólogo que abriu os trabalhos da X Reunião de Antropologia do Mercosul, com a conferência: *Tudo que tem nome existe – Mundo e Condição Humana*, proferida na cidade de Córdoba, na Argentina, em 10/07/2013.

simbiótica, porém, não somos agentes neutros, os antropólogos não são tradutores, são intérpretes”, afirma o autor (Cabral, 2013). Para romper com essa lógica, Pina Cabral toma por base Julian Pitt-Rivers, ao propor uma des-etnocentrificação, uma intertextualidade, onde deixamos de ser uma máquina semiótica e passamos a ser um agente humano. Nessa perspectiva, como então se posicionar e interpretar o mundo? Creio que, mesmo com toda a incerteza que isso possa implicar, é assumindo os riscos. A palavra mundo, nesse caso, joga um papel social. É habitar o mundo, ser parte do mundo, confrontar o mundo no sentido de participar, de pertencer. Nesses caminhos comuns de humanidade, só dentro deles faz sentido ser cientista social. Que assim seja... Embora esteja escrevendo na primeira pessoa sobre minhas motivações de escolha, na condição de intérprete, sou Ninguém, me coloco na mesma posição dos jovens que iniciaram os protestos no país. O Movimento Passe Livre, com sua pauta restrita, teve uma sabedoria política inigualável, nas palavras do filósofo Peter Pelbart (In: *Folha de São Paulo*: “Anota aí: eu sou ninguém”, 19/07/2013, na página Opinião).

Soube até como driblar as ciladas policiais de repórteres que queriam escarafunhar a identidade pessoal de seus membros ‘Anota aí: eu sou ninguém’, dizia uma militante, com a malícia de Odisseu, mostrando como certa des-subjetivação é condição para a política hoje. Agamben já o dizia, os poderes não sabem o que fazer com a ‘singularidade qualquer.

O anonimato de ativistas que usaram as máscaras, ou se intitularam “Ninguém”, em resposta à tentativa de nomeá-los como responsáveis pelos protestos, conforme mencionado por Peter Pelbart, nos remete ao “Filósofo Mascarado”, de Michel Foucault, que, ao ser convidado para uma grande entrevista para o jornal *Le Monde*, em janeiro de 1980, por Christian Delacampagne, aceitou imediatamente, mas colocou como condição prévia que deveria permanecer anônimo. Para isso, seu nome não poderia aparecer e todos os indícios que permitissem reconhecê-lo deveriam ser eliminados. Foucault justificou sua posição da seguinte forma: estando o cenário intelectual sob o domínio da mídia e das celebridades, prevalecendo sobre as ideias, e o pensamento como tal não sendo mais reconhecido, o que se diz conta menos do que a personalidade daquele que fala... “É preciso, então, para romper com esses efeitos perversos e tentar fazer ouvir uma palavra, que não possa ser banalizada em função do nome de quem ela procede, decidir-se a entrar no anonimato.” O segredo foi bem guardado até a morte Michel Foucault e raríssimos foram os que conseguiram desvendá-lo (Delacampagne, *Le Monde*, fevereiro de 1980).

Os protestos, inicialmente desencadeados pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, por parte dos estudantes e trabalhadores que vêm se articulando desde 2005, ganharam, com essas manifestações em junho de 2013, uma magnitude inesperada. O MPL

não só se replicou em inúmeras manifestações desde então, nas diversas regiões e principais cidades do país, como também ganhou uma dimensão ainda maior e grande repercussão nos veículos de comunicação, multiplicando a pauta de reivindicações para muito além da luta contra o aumento de 20 centavos, no transporte público. Com um agravante decisivo: o comportamento ostensivo dos policiais no conflito armado durante as manifestações acabou por acirrar os ânimos de parte dos ativistas e transformar as ruas em verdadeiras arenas de guerra. Esse poder de dominação da polícia e do seu sistema penitenciário entra em ação na sociedade disciplinar, “atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadrinhamento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder”. (Machado, In: Foucault, 1984, p. XIX).

A antropóloga Anelise dos Santos Gutierrez destacou, em seu artigo na revista *Proposta*, publicada pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), que muitas capas de jornais tentaram culpar os manifestantes, considerados agressores, chamando-os de vândalos, de arruaceiros e de baderneiros. Ela utilizou mensagens dos cartazes destes manifestantes nos entretítulos do artigo, tais como: “Não é mole não, pedi transporte público e me deram caveirão”, “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”, “Aqui é proibido viver, quanto mais se manifestar”, “UPP nos olhos dos outros é colírio”. O seu relato revela uma população indefesa diante de um clima de guerra instaurado na cidade:

Às 22h as ruas da Lapa foram transformadas em cenário para um “toque de recolher” que fechou todos os bares, tirou as pessoas das ruas e criminalizou quem ousasse permanecer nelas. “Caveirões”, dezenas de veículos – do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar e da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil – passaram com policiais sentados na parte de trás e, posição de mira: eles portavam armas e apontavam – com sarcasmo – para qualquer coisa que se movesse. As pessoas foram varridas por uma nuvem de fumaça vinda de dezenas de bombas de gás lacrimogêneo que tornavam o ar irrespirável. Assustadas, muitas delas sentiram nesse dia, pela primeira vez que a polícia não estava ali para defendê-las (Gutierrez, *Proposta*, 2014, nº 127, p. 14).

Na contramão, porém, os manifestantes declaravam amor à pátria: “Havia quem cantasse o hino nacional; quem andasse enrolado na bandeira do Brasil; quem exibisse as cores verde e amarela na face; quem carregasse flores e vestisse branco dos pés à cabeça; havia os alegres quase carnavalescos; aqueles que estavam nas ruas pela primeira vez; havia crianças, jovens, idosos; havia os partidos, os movimentos sociais” (Op. Cit., 2014, nº127, p. 14). E, além disso, uma extensa pauta de reivindicações que se espalhou pelas cidades brasileiras:

Cartazes traziam frases escritas à mão com tintas e canetas coloridas e que, levantadas pelos braços dos manifestantes, exigiam: o fim da corrupção, o fim da

violência; eram contra a PEC 37; pediam a saída de governantes e de alguns representantes eleitos; clamavam pela paz e declaravam o seu amor à pátria. Apesar de específicos e pouco unificadas, essas reivindicações sugeriam moralidades de caráter nacionalista e esse sentimento nutriu demandas locais e fez com que cidades muito pequenas também organizassem protestos nesse período (Op. Cit. 2014, p.13).

Avaliação das manifestações a partir de 12 hipóteses

Na avaliação de sociólogos que debateram, em Sessão Especial, “As manifestações de Rua no Brasil: algumas reflexões”, com a participação, no Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho (ALAST)⁴, a grande mídia imediatamente se manifestou em favor da ação da polícia, caracterizando os protestos como “vandalismo”. Porém, diante da indignação crescente e da intensificação dos protestos, esta mesma mídia resolveu mudar rapidamente de postura e passou a fazer uma cobertura simpática, distinguindo sistematicamente dentre os manifestantes uma “minoria violenta”, cuidando de blindar o governo de São Paulo, e demais governos de oposição ao governo federal, procurando (acintosamente) induzir uma pauta de seu interesse (corrupção, “mensalão”, governo federal, superfaturamento nas obras da Copa) (ALAST, 2013, p 5). De acordo com este documento, depois de incorporar outras bandeiras sociais, políticas e morais, inclusive conservadoras e reacionárias, os meios de comunicação usuais perderam fôlego, embora permaneçam na forma de manifestações mais específicas (sociais e políticas; de esquerda e de direita; locais e gerais).

Tudo isso passa ao largo das antigas agências sociais que constituíram o chamado Campo Democrático Popular (Movimentos Sociais, sindicatos, partidos... mesmo os que estão na oposição) no auge das manifestações, quando esses tentam “entrar em cena”, se deparam com feroz hostilidade (uma cena emblemática) (ALAST, 2013, p.7).

Somadas às doze hipóteses que aparecem no documento resultante do Congresso da ALAST, há um farto material relacionado às manifestações, em coberturas jornalísticas na imprensa, matérias, artigos, entrevistas em jornais, revistas e livros publicados neste curto período, que apresentam diferentes interpretações sobre os protestos. Além disso, trazem abordagens focadas nos principais temas que estariam relacionados, direta ou indiretamente, tais como: as condições de vida nas grandes cidades, a mobilidade e uso do espaço

4 Documento intitulado “Protestos de Junho: elementos iniciais de análise”, resultante da abordagem dos sociólogos Pedro Véra, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Ricardo Antunes, da Universidade Estadual da Campinas (Unicamp) e Graça Druck, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), feita na Sessão Especial: “As manifestações de Rua no Brasil: algumas reflexões”, durante o Congresso da Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho (ALAST), realizada na Universidade de São Paulo (USP), no período de 2 a 5 de julho de 2013.

público, a segurança, a chamada nova classe trabalhadora, o preço e a qualidade dos transportes, da saúde e da educação e as enormes cifras gastas com os grandes eventos internacionais relacionados à Copa do Mundo e às Olimpíadas de 2016.

A primeira hipótese levantada pelos sociólogos para as motivações que teriam levado aos acontecimentos de junho é a vida nas cidades, não só para a periferia, mas também para classes médias (sobretudo seus extratos inferiores), que têm atingido pontos de saturação, com destaque para segurança, mobilidade, saúde (veja-se o Sistema Único de Saúde (SUS), e educação). Sobre esta hipótese, o tema da cidade ganhou a atenção especial da revista *Fórum* do mês de julho de 2013, na página “Os protestos e a cidade”. Nessa entrevista, concedida à jornalista Adriana de Lorenzo, a urbanista Ermínia Maricato destaca a condição de vida insuportável das cidades brasileiras, tendo como primeiro ponto o transporte, porque afeta a todas as camadas sociais.

Quando 300 mil pessoas saem às ruas, é como eu falei, não vamos olhar a faísca. Tem muito descontentamento. O Brasil tem leis e planos para fazer inveja ao mundo inteiro. Tenho sido chamada em vários países para falar sobre o Estatuto da Cidade, temos um novo arcabouço legal e institucional, como é o caso do Ministério das Cidades, da Conferência Nacional das Cidades, mas nada disso está funcionando (Maricato, Ermínia apud Lorenzo, Adriana, Edição Especial *Fórum*: “Era óbvio. As cidades estão insuportáveis”, SP, julho de 2013, pag. 18-19).

Maricato já havia anunciado que era preciso agir sobre a força do capital, em relação aos municípios, com obras que, muitas vezes, não beneficiam a maioria da população. Por conta disso, depois de 40 anos na área urbana, a urbanista acredita:

...que nada funcione na esfera institucional se nós não estivermos nas ruas. Porque o capital, esse capital imobiliário, o capital das empreiteiras, da indústria automobilística, tem muita força. E essa força está ligada ao financiamento de campanha, não só, mas principalmente. Hoje, essa moçada não pode sair das ruas (Op. Cit., 2013, p. 19).

Indo além dos problemas estruturais urbanos, o filósofo Antonio Lemos da Silveira, ao ser entrevistado pela jornalista Laís Modelli, diz que esbarra na conduta dos próprios moradores. “Temos a cidade que queremos? Reproduzimos em nosso comportamento como cidadãos a cidade em que moramos?” É a sua pergunta. (In: Modelli, 2013, *Caros Amigos*, julho 2013, p. 1 – 13). Segundo ele, a cidade não privilegia a pessoa, pois o que predomina na vida moderna é o negócio, a negação do ócio, a ocupação, a atividade e o empreendimento é que define: “Qual é o seu negócio”, daí os problemas do trânsito, da insegurança, do barulho, da destruição da saúde, da falta de alegria e da infelicidade. Ele

aponta, como primeiro passo para se pensar no mal-estar urbano gerado em várias cidades brasileiras, a recuperação do real sentido do “ócio”, como tempo de convívio e, a partir daí, o desenvolvimento das artes. No entanto, o geógrafo, urbanista e antropólogo David Harvey, que é um teórico das metrópoles contemporâneas, afirma que esses grandes centros para onde fluem as multidões de todo o mundo, no século 21, são bem mais do que templos da desigualdade, da vida automatizada e da devastação da natureza. Segundo este autor, é lá que se articulam as multidões às quais o capital já não oferece alternativas.

Essa gente estabelece novas formas de sociabilidade, identidades e valores. É nas metrópoles que aparecem a coesão reivindicante das periferias; novos movimentos como o Occupy; as fábricas recuperadas por trabalhadores em países como a Argentina; as famílias que fogem ao padrão nuclear-heterossexual-monogâmico” (Harvey, David, entrevista concedida a John Brissenden e Ed Lewis, do *New Left Project*, dia 13/07/2012).

Para Harvey, na entrevista citada, é nestas cidades que se concentram tanto as energias do capital quanto as melhores possibilidades de superá-lo. “Elas não são túmulos, mas arenas. Aí se dá o choque principal entre dois projetos para a humanidade e à própria (re) construção de um projeto pós- capitalista.” Ele complementa, ainda, que gosta de pensar nas cidades porque estas podem ser entendidas numa escala maior do que uma simples fábrica.

Se você observar as fábricas recuperadas na Argentina, tomadas pelos trabalhadores em 2001-2002, verá que uma das finalidades que surgiram desse movimento e das associações de trabalhadores envolvidas é que, em certo ponto, como estão imersas num sistema capitalista, veem-se envolvidas na competição e, em consequência, em práticas de auto-exploração (Harvey, Op. Cit., 13/07/2012).

Porém, não é suficiente a tomada dos meios de produção para fazer a transformação revolucionária defendida por Karl Marx e Friedrich Engels, autores nos quais Harvey fundamenta suas obras. Politicamente, Harvey acredita que não é possível falar de um sindicato nos termos tradicionais; é preciso criar formas de organização sindical diferentes, menos restritas que a dos sindicatos convencionais. Ao tomar o exemplo da Argentina, país no qual, para se adquirir as matérias primas pode ser montada uma rede de cooperativas produzindo coisas diferentes, mas de economias interligadas, ele sugere.

Outro fato interessante sobre as fábricas na Argentina, é que quando foram tomadas, não permaneceram simplesmente como fábricas. Tornaram-se centros comunitários, integraram realmente os bairros próximos, tinham programas educacionais e culturais. Quando os donos voltaram, uns cinco anos depois, e disseram: “queremos nossa fábrica de volta ou levaremos as fábricas”, a população saiu de suas casas para impedi-los. Assim, é muito mais fácil defender as fábricas tomadas (Harvey, Op. Cit., 13/07/2012).

Ao se pensar na relação cidade/campo, Harvey considera que, nos últimos cinquenta anos, o mundo em que vivemos tornou-se totalmente urbano, desaparecendo a separação entre vida urbana e vida camponesa autossustentável. Nessa direção, ele menciona que há, em alguns lugares, tentativas de organizar uma cadeia de produção de alimentos para as cidades, que começa nos campos e passa por várias etapas, vendendo a produção aos supermercados.

Em El Alto (subúrbio popular de La Paz, na Bolívia), um dos meus exemplos preferidos, a conectividade entre as pessoas que vivem na cidade e as que estão fora dela é muito, muito forte. Foi ampliada, nos últimos dez ou quinze anos, por causa do agronegócio e a forma com que o campo tem se transformado em uma paisagem capitalista (Harvey, Op. Cit., 13/07/2012).

Quão longe uma cidade pode ir quanto à sua organização? Há exemplos disso, mencionados por Harvey, como Porto Alegre, que construiu sua forma de orçamento participativo e agora há orçamento participativo em muitas cidades do mundo. Não é uma medida revolucionária, ele esclarece, mas uma medida transformadora que aprofunda a democracia urbana. Para completar sua análise acrescento que, com outros prefeitos, o orçamento participativo de Porto Alegre afastou-se, e muito, da proposta original colocada em prática, em 1989, durante o governo do prefeito Olívio Dutra. Outra cidade brasileira que o mesmo autor considera interessante é Curitiba, que trabalhou questões ambientais e tornou-se conhecida por organizar seu sistema de transporte coletivo de forma ecológica e sofisticada. As inovações que vieram de lá também estão sendo implantadas em outras cidades. Curitiba agora tem uma estrutura institucional diferente ao ponto de tais mudanças se espalharem pela rede urbana. Harvey, então, imagina que uma situação como esta possa ser pensada nos termos do que chama de “teoria dos cupins”, referindo-se aos casos em que é possível corroer por dentro uma estrutura capitalista, sem alarde, até que ela entre em colapso e se desmonte, como acontece com a madeira atacada pelos cupins.

Na segunda hipótese, para entender as manifestações que ocorreram em junho no país, apontada pelos sociólogos, aparecem os segmentos que ascenderam à condição de “novas classes médias” (emprego formal, de qualidade média baixa; acesso à escola, pública ou privada; acesso à habitação – em geral, implicando deslocamentos para mais longe), as quais estão diante de novas e velhas necessidades (mobilidade, saúde, educação). Porém, a filósofa Marilena Chauí discorda dessa posição, ao afirmar que não existe uma nova classe média no Brasil, o que se tem é a classe média de sempre, que, numericamente cresceu e prosperou, mas ela não é nova. Trata-se, isto sim, de uma nova classe trabalhadora.

Os programas sociais trouxeram 40 milhões de pessoas para a classe trabalhadora, o Prouni trouxe gente para a classe trabalhadora, o Bolsa Família....Estou dizendo que ela é nova, não porque ela começou agora, estou dizendo que ela é nova porque ela vem marcada pelo selo da economia neoliberal, portanto fragmentada, precarizada, sem formas de organização, sem formas de identidade e absorvida pela teologia da prosperidade do pentecostalismo e do empreendedorismo da baixa classe média (Chauí, 2013, p. 10-14).

A autora questiona a utilização de alguns instrumentos dos sociólogos e dos institutos de pesquisa, sobre distinção por renda e escolaridade para definir “uma classe que não conhecemos e não sabemos como está operando” (Op. Cit., p. 12). Por expressar sua discordância destes instrumentos de pesquisa, o posicionamento desta autora não é consenso entre os autores que pensam e escrevem sobre as mudanças ocorridas nas cidades.

A terceira hipótese considerada pelos sociólogos é quanto à ascensão social verificada nos últimos anos. Esta resultou em geral, direta ou indiretamente, da ação do governo federal (retomada do crescimento; emprego formal; aumento do salário mínimo; queda dos juros ao consumidor; aumento de vagas no sistema educacional...). Na avaliação desses sociólogos, com as lutas coletivas em baixa, prevalece a sensação de que tal ascensão se deu por mérito próprio (fez algum curso, conseguiu uma vaga no mercado de trabalho, ascendeu funcionalmente e mal participa do sindicato e da vida política do país). De algum modo este crédito é transferido ao governo federal, do Partido dos Trabalhadores (PT), constituindo parte do capital eleitoral deste Partido, utilizado neste período das eleições de 2014.

A quarta hipótese seria de responsabilidade do governo federal, que, ao incorporar a via da ascensão pelo consumo, tem contribuído para saturar alguns serviços (privados e públicos): mobilidade, telefonia, atendimento médico, aeroportos. Sobre esse aspecto, acrescento a reflexão feita pela psicóloga Jussara Goyano, sobre a ausência do bem-estar subjetivo na esfera social:

Há algo que motiva essa sociedade atravessada por relações de poder e consumo propagadas pela mídia, mantidas pela ordem capitalista vigente. É um bem-estar subjetivo que está em jogo, somado ao Estado de Bem-Estar. E quando o espaço público poderá dar conta desse bem-estar subjetivo, evidentemente, no caso por sua ausência na esfera social? (Goyano, 2013, p. 57-60).

Na quinta hipótese levantada aparece o conservadorismo de determinados segmentos das classes médias tradicionais, mas especialmente da chamada classe alta, de perfil conservador/reacionário e profundamente preconceituoso em relação à esquerda, mas

também, aos pobres, pretos, mulheres, analfabetos, uma classe que ‘cansou’... de ter presidente operário e iletrado, de ver pobre em aeroporto, de ter que compartilhar ruas e estradas com pobres dirigindo carros, de ter que lidar com empregada doméstica ‘cheia de direitos’. Esta reação também deve ser levada em conta na análise das manifestações sociais.

Já na sexta hipótese, o documento contabiliza que há 10 anos a grande mídia, em unísono, faz sistemática oposição ao governo e ao PT, oposição esta que é considerada pelos sociólogos como “histórica atuação conservadora, golpista e anticomunista” (Véra; Antunes; Druck, 2013). Estes autores apontam que as contradições do governo e do PT alimentam denúncias e acusações, que, embora a atuação da mídia até agora não tenha conseguido reverter a preferência eleitoral por Lula/Dilma/PT, contribui, mesmo assim, para criar um ambiente pessimista e de insatisfação. Somado a isso, o documento aponta, como sétima hipótese, uma instabilidade na economia que patina, trazendo a ameaça da inflação. Além disso, consideram que o governo tenta manter uma agenda desenvolvimentista, com medidas que geram desconfiança e reação dos empresários, como a redução da taxa de juros e das tarifas de energia.

Enquanto isso, como oitava hipótese, os sociólogos apontam que os antigos componentes do que chamaram de Campo Democrático e Popular não conseguem agenciar as demandas sociais e atuar como fatores de politização das classes populares. Uma situação flagrante seriam os protestos e as greves dos trabalhadores da construção civil, que atingiram, em cheio, as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC, 2011 e 2012), com as direções dos sindicatos e das centrais sindicais tomados de surpresa. Há, também, sinais, que se identificam como a nona hipótese levantada na avaliação feita no mesmo Congresso da ALAST, de que os movimentos sociais começam a sentir mais fortemente a necessidade de se mobilizarem por suas pautas específicas, cujo exemplo é o Movimento Passe Livre (MPL), que teve a luta contra a elevação das passagens como gota d’água. A questão da Copa do Mundo surgiu como oportunidade de visibilização e de poder de pressão, na opinião dos teóricos que formularam as 12 hipóteses.

Um dos fatores, que se constitui como décima hipótese, é a onda de protestos que tem percorrido o mundo (Primavera Árabe, *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, protestos e greves na Europa) e que influenciam especialmente os jovens, cada vez mais ligados nas redes sociais. No entendimento dos sociólogos, a Copa do Mundo realizada no Brasil, em 2014, assume o significado de uma oportunidade, tanto para o Movimento Passe Livre,

em termos de mobilização e de poder de pressão, quanto para a mídia, e a oposição de direita e das classes médias conservadoras, de repercutir sua perspectiva e operar associações que lhes interessam, aparecendo como a décima primeira hipótese do documento.

Com base nas três últimas hipóteses, sobretudo na oitava, em que os sociólogos identificam que o Campo Democrático Popular não está mais dando conta das demandas sociais das classes populares, e a décima hipótese, onde aparece a influência dos protestos ocorridos na Europa e Estados Unidos, observamos que o próprio exercício da política e da democracia estão sendo questionados, como se estivessem impregnando as manifestações da multidão em revolta. Nesse campo, trazemos como contribuição de análise, a entrevista do filósofo francês Jacques Rancière, à revista *Carta Capital* (2014, p. 52), sobre o seu mais recente livro *Ódio à Democracia*, onde esclarece que, “a começar pelo conceito, democracia pode significar coisas bastante diferentes e contraditórias” e que o sufrágio universal e a subsequente representação já não são formas democráticas através das quais as pessoas exprimem suas preferências políticas. A democracia, segundo ele, é sempre um poder em estado de excesso, e reconhece que há democracia nos movimentos recentes:

Tentei dizer que a democracia não é mera forma de governo ou sistema igualitário. Ao contrário, a democracia é uma ideia extravagante. Expus a tese de um poder para aqueles isentos e sem títulos ao poder. Escrevi que, paradoxalmente, por causa da falta de poder há política porque há democracia. Há política devido ao poder de pessoas que não são nada não têm qualidades especiais e não possuem títulos (ao poder). Há democracia nos recentes movimentos: “Primavera Árabe”, “Occupy”, etc. Nestes casos se solidifica um poder das pessoas em estado de excesso, que é independente em relação ao poder inteiramente incorporado ao Estado. Sublinhei que a democracia não é uma forma de governo, é sempre um poder em estado de excesso em relação à democracia formal, sem a necessidade de ser transformado em um futuro remoto após uma revolução a se distanciar (Rancière, *Carta Capital*, 2014, p. 53).

Abaixo, mais uma fotografia das manifestações, nesse caso, dos professores do estado do Rio de Janeiro.



Fotografia de Pablo Vergara durante os protestos dos professores em 2013 no Rio de Janeiro.

A socióloga holandesa, Saskia Sassen fala dos protestos que estão espalhados no mundo, como conectados, e avalia que, ao longo dos últimos 30, anos houve significativa perda de renda da população mundial e, ao mesmo tempo, de concentração enorme com o grupo que se encontra no topo, de modo que chegamos ao limite. Uma presença comum e marcante às manifestações é a de jovens que mostram rostos insatisfeitos. “Que novas narrativas da globalização essa geração “desobediente” está escrevendo nas ruas de Londres, Damasco, Cairo, Atenas, Benghazi, Madri, Tel-Aviv, Santiago?” pergunta uma jornalista sobre esta questão? (Rossinetti, 2011). “A economia roubou desses jovens um futuro razoável e o sistema político roubou-lhes a voz política, a capacidade de serem ouvidos. A rua se tornou, portanto, o espaço para a política daqueles que não têm acesso aos instrumentos formais.” É o crescimento de um grupo de pessoas, de jovens com educação, em conjunto com uma ampla e poderosa circulação de ideias, experiências e atos comunicacionais... (Rossinetti, *Estado de São Paulo* – página Geral, 14 de agosto de 2011) Segundo Sassen, a socióloga citada por Rossinetti, há um limite para o tanto de renovação que o *establishment* político pode fazer.

Como décima segunda e última hipótese considerada, o documento de autoria de Véra; Antunes; Druck, 2013, aponta que há uma comunidade virtual se constituindo no mundo inteiro que envolve, sobretudo, jovens os quais desenvolvem sua própria linguagem, se articulando sem mediações institucionais tradicionais. Uma comunidade que se afirma como

lugar de compartilhamento de indignações, começa a discutir o Brasil e se revela como um novo e potente espaço articulado de ações coletivas. Os sociólogos avaliam que isso ajuda a compor um processo que ganhava novos contornos desde antes: a crise de representatividade de partidos, sindicatos e outras organizações sociais.

Porém, eles ponderam: “Mas se são um grande fator de detonação de processos de mobilização social, não se constituem em fator de organização, orientação, direção das ações, em igual proporção; configuram um agenciamento social de outro tipo” (Véra; Antunes; Druck, 2013, p. 13). Essa abordagem sociológica sobre os acontecimentos de junho de 2013 procura focar nos processos sócio-históricos que concorreram para a sua eclosão e que concorrerão para a direção dos seus possíveis desdobramentos. São levantados, no final, alguns aspectos que provavelmente sofrerão alterações: agenda e dinâmicas dos poderes nas três esferas; o quadro de instabilidade política que repercute negativamente na economia; a relação entre os partidos de esquerda (governistas e oposicionistas); a agenda das centrais sindicais e dos movimentos sociais; o quadro eleitoral de 2014 e o debate acadêmico. Da mesma forma que ouvimos múltiplas vozes na multidão das ruas e diferentes abordagens da imprensa, buscamos dialogar com diversos teóricos na tentativa de interpretar o fenômeno.

Que motivações fizeram os jovens irem para as ruas?

Na tentativa de ir além das análises dos cientistas sociais e do documento da ALAST sobre os protestos, neste trabalho buscamos trazer as motivações dos jovens que organizaram os grandes atos no país, a partir de suas vozes. Indo nessa direção, apresentamos algumas das entrevistas feitas com jovens representantes de entidades. Ao lado disso, é interessante observar o grande espaço que os protestos ganharam na imprensa, assim como as diferentes interpretações dadas ao mesmo fenômeno entre os veículos de comunicação e em revistas especializadas em psicologia, antropologia, sociologia, ciência, política, etc. Mais interessante, ainda, é perceber seus infinitos desdobramentos sobre os diferentes temas que passaram a ganhar destaque na agenda pública.

Após identificarmos algumas das principais motivações que impulsionaram os jovens a se mobilizarem nas ruas do País, seguimos acompanhando através de uma pergunta, feita pela Revista: *Caros Amigos*, aos representantes de entidades que organizaram os atos: “Qual o modelo de sociedade que vocês defendem?” Segue-se a resposta de Érica de Oliveira, do

Movimento Passe Livre (MPL), afirmando que eles acreditam mais no processo coletivo do que no modelo pronto de sociedade.

A gente é um movimento social com uma pauta, mas na nossa carta de princípios está escrito claramente que a gente é um movimento anticapitalista. Quer, de fato, construir uma nova sociedade. Não pensamos num modelo pronto, acreditamos que é um processo coletivo, tanto que trazemos isso para nossa organização. E a maneira de fazer isso, é romper com a desigualdade dentro do nosso próprio processo. Daí o apartidarismo, daí a horizontalidade, daí a nossa independência (Oliveira, In: *Caros Amigos*, 16/07/2013, p. 23).

Érica afirma que, quando se propuseram a lutar contra o aumento da passagem junto a uma série de organizações de esquerda, “a gente imaginava fazer uma luta grande, mas de fôlego curto.” Segundo Érica, eles tinham consciência de que, sendo vitoriosa em São Paulo, esta vitória se alastraria para outras cidades. Mas a militante considera que à proporção que tomou surpreendeu não só ao Movimento, como a todo mundo, “em função de uma demanda reprimida não só pela questão do transporte, mas por estar nas ruas mesmo” (Op. Cit., 2013). Do mesmo modo, afirmam Hardt e Negri (2002, p. 421) que:

Circulando, a multidão se reapropria de espaços e constitui-se como um sujeito ativo (...). Esses movimentos geralmente custam terríveis aflições, mas neles existe também um desejo de libertação que só é saciado pela reapropriação de novos espaços, em torno dos quais novas liberdades são construídas.

De acordo com a lógica do MPL, essa nova sociedade para a qual os manifestantes apontam, precisa ser construída pelas pessoas, por isso eles esclarecem que não chegam num bairro dizendo como o transporte precisa ser organizado, nem impõem a construção de conselhos.

A gente não se assume socialista, a gente é anticapitalista. E o que é esse anticapitalismo? Ele vai ter que ser construído e discutido coletivamente. Se é um novo socialismo, a gente vai ter que descobrir juntos, na luta que está fazendo. A gente quer o fim das desigualdades e o fim do capitalismo e tenta prefigurar isso na nossa própria organização. Não é nossa tarefa dizer como ela será, queremos construir coletivamente essa nova sociedade (*Caros Amigos*, julho 2013, p. 35).

De outro lado, Gabriel Simeoni, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na mesma entrevista (*Caros Amigos*, julho/2013), explica que os três consensos de que as mudanças se faziam por dentro das instituições, por dentro do Estado e por meio das eleições, caíram por terra em quinze dias. Na avaliação dele, as grandes instituições que

hegemonizaram o movimento de massas, nos últimos 25 anos – CUT, PT, UNE e o MST⁵ – hoje fazem parte do governo federal. “A direção, ao se identificar com o governo, levava a um grande vazio na luta e a canalizá-la para dentro das instituições. A tarefa é fortalecer as lutas” (*Caros Amigos*, julho 2013, p. 32). Embora deixando claro que, com isso, a instituição não deixa de ser importante, “mas, ao mesmo tempo, a gente sempre acreditou que sem luta de massa, sem luta de rua, as mudanças não aconteceriam”. Maurício Carvalho, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), faz parte do Movimento Juntos! Ele também analisa que a situação do transporte, principalmente ônibus e metrô, em São Paulo, chegou a um estágio de insustentabilidade. Associadas a isso, as situações nacional e mundial estavam mais favoráveis e, em 2012, já havia sido retomada a cultura de rua, com as lutas dos bombeiros, a Marcha da Liberdade, as Marchas das Vadias, os atos contra o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado federal Marco Feliciano. Por fim, Arielli Moreira, da Assembleia Nacional dos Estudantes, ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), na mesma entrevista concedida à Revista: *Caros Amigos*, acrescenta que o principal elemento, desde o princípio dessa mobilização, foi a combinação entre a situação de completo abandono dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, os investimentos feitos com a preparação do país para um evento do porte da Copa do Mundo.

A contradição entre os estádios suntuosos e a qualidade dos serviços públicos de saúde, transporte e educação. Isso se transformou num catalisador do processo de mobilização, que acompanha também o processo internacional e a dinâmica que do que vinha acontecendo em nosso País. Não é à ao que chegamos neste semestre ao maior número de greves dos últimos anos (*Caros Amigos*, 16/07/2013, p. 33).

Eder Sader, intelectual e ativista político brasileiro, estudou a formação de novos movimentos sociais, entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 80, e uma nova sociedade civil, com atores atuando com uma política diferente dos partidos de esquerda tradicionais, durante um movimento de vigência autoritário, como a ditadura civil militar que, no Brasil, se estendeu de 1964 a 1985. Sader (1988) mostra, em sua obra, como esses movimentos influenciaram decisivamente os desdobramentos da cena política no Brasil. No presente trabalho, pretendo também interpretar o comportamento desses novos atores que surgiram no cenário, a partir dos protestos de 2013 nas ruas e redes sociais do país. Se a multidão assume a dimensão corpórea ocupada por um corpo múltiplo, se não tem unidade, ganhando contornos

⁵ Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

de uma multiplicidade expressiva, no espaço do entre, da chamada comunidade dos “sem comunidade”, o que seriam, então, esses corpos enquanto unidade, o “entre” pessoas diferentes? Isso se entendermos que esses agenciamentos coletivos têm uma lógica própria que está se construindo na corporeidade da multidão de processos comunicacionais intrínsecos, cujo alcance dessas mídias nas redes sociais é cultural, mas também performático no âmbito do corpo, do discurso, do gesto.

Depois de efetuar o levantamento de material de imprensa, das análises de diferentes teóricos e das 12 hipóteses dos sociólogos da ALAST, além de ouvir algumas das muitas vozes dos jovens nas ruas, durante as manifestações, numa escuta direta feita exclusivamente para esta pesquisa, isso tudo nos permite levantar alguns aspectos que revelam, em nosso entendimento, não somente novos atores que surgem nesse cenário político, como também significativas transformações na sociedade contemporânea, sobretudo nas subjetividades e formas de se relacionar com a cidade. Uma das leituras que se pode fazer é de que a cidade vive o tempo das tribos, em que o sentimento de pertencer não está mais vinculado às classes sociais ou às ideologias políticas de governança, e sim a grupos de pertencimento. “No tempo das tribos, os objetivos a ser atingidos, o projeto político, social ou cultural a ser realizado está em segundo plano, ou sequer é cogitado. O prazer de estar junto e a intensidade do momento são suficientes para mobilizar os afetos” (Maffesoli, 2006, p. 18).

Esse autor salienta, segundo Zanella (2006), que não se trata mais de uma comunidade projetada para o futuro, mas de uma pulsão de estar junto agora. As relações dos jovens nos contextos urbanos se transformam e enunciam outras juventudes; outra urbanidade; outra ética fundada na partilha dos afetos, como afirma Maffesoli (2006), pois as relações humanas passam a se respaldar nos valores que fazem referência ao momento, à necessidade de agregar-se, de pertencimento, de partilha; e, fundamentalmente, de outra política, uma vez que ensejam outras formas de sentir, introduzem novas formas de subjetividade política, na opinião de Rancière (2009). Os pressupostos da ação desses jovens não são homogêneos nem estão mais dentro de uma noção de universalidade, mas sim de rapidez e fluidez da comunicação, da conexão com o outro.

O foco de análise deste ensaio toma como base a definição de poder e resistência apresentada por Michel Foucault, ao destacar que “onde existe poder, existe resistência [...]”. Esta resistência não é substância. Ela não é anterior ao poder que enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (Foucault, 2004, p. 241). Assim, compartilho da análise feita por Zanella, (2012) no seu artigo intitulado “ReXistências”, que tomou por base as

pesquisas realizadas no Nupra (Furtado, 2007; Assis, 2011; Gomes, 2007), afirmando que as práticas de resistência devem ser compreendidas no bojo da microfísica das relações de poder e das micropolíticas, porque, a partir do momento em que há relações de poder, há possibilidades de resistência. São práticas de resistências que ali se gestam, cavando brechas e tecendo linhas de fuga na molaridade das práticas de governabilidade, em contraposição à submissão das subjetividades que se tenta produzir nas relações humanas.

Em outra pesquisa, feita por Gomes (2007, in: Zanella, 2012, p.137) com o Movimento Passe Livre de Florianópolis/SC, ela constatou que se tratava de uma organização em coletivos efêmeros, que ora se juntavam e clamavam por um mesmo ideal, ora se dissipavam. E a cada nova mobilização, novos personagens surgiam, sem a certeza da presença no dia seguinte. Apesar de toda a repressão policial, as prisões, a depredação do patrimônio público, a opinião contrária da mídia e de alguns setores da sociedade, o Movimento Passe Livre sempre se caracterizou pelo caráter alegre e festivo de suas manifestações.

Os jovens sentiam-se atraídos a participar do movimento devido à sensação de pertencimento a esta grande festa da democracia e do direito de protestar [...]. A mediação das práticas políticas foi, fundamentalmente, afetiva, marcada por uma compreensão na qual a política se relaciona dentro de um contexto de alegria e festa (Gomes, 2009, p. 129, in: Zanella, 2012, p. 137). E, segundo Zanella, algumas vezes, o som grave das alfaias de grupos de maracatu marcava o ritmo da caminhada pelas ruas da cidade. Peças teatrais eram encenadas com o intuito de ilustrar contra o que os jovens se mobilizavam. A catraca, símbolo da barreira que os altos preços das passagens de ônibus impõem, era levada para as manifestações e, como em um ritual místico repleto de simbologias, as pessoas pulavam por cima desse obstáculo, um movimento de metáfora do livre acesso à cidade (Op. Cit., p.137).

É importante ressaltar que, possivelmente, as práticas de resistência dos jovens contemporâneos estejam além do embate, do confronto e das figuras clássicas de recusa, compartilhando das observações levantadas na pesquisa de Zanella (2012), que analisou práticas sociais protagonizadas por jovens que não são propriamente reconhecidas em suas dimensões subversivas/opositivas, por dar ênfase, assim como neste ensaio, à sua condição inventiva. Esta condição está reverenciada na obra *A evolução criadora*, (Bergson, 2005), situando esta produção/criação como necessária para transformar a realidade, seja resistindo ao que está dado ou não.

Esses jovens re-eXistem na medida em que se afirmam como sujeitos, via ato criador, e intervêm nos mecanismos que negam o que os singulariza. Essa

resistência é constituída, portanto, na produção daquilo que os difere, na demarcação de novos possíveis e, fundamentalmente, na afirmação da vida que se entretence na relação com os outros (Zanella, 2012, p. 129).

Seguindo na direção de entender as motivações e táticas usadas no Movimento e com as possíveis expectativas com relação a este Movimento, encontramos também abordagens reativas a essas práticas de resistência, por parte de determinados veículos de imprensa. Mas interessa neste trabalho mais do que isso, observar: como se vestem esses “personagens” das ruas?

Os personagens das ruas

Há roupas pretas e rostos cobertos por bandanas ou máscaras antigas. Com esta indumentária, os integrantes do chamado ‘*Black Bloc*’, reúnem uma mescla de jovens que nem sempre partilham dos mesmos ideais. Em geral, são avessos a entrevistas e atos de violência e compartilham as opiniões do grupo. Só há uma recomendação clara: se houver atos de depredação, que eles sejam focados em “símbolos de poder capitalista”, como os bancos. Na entrevista que alguns aceitaram falar ao jornal *Folha de São Paulo* (04/08/2013, p. 5) afirmam que a regra básica é: cada um responde por si. Essa liberdade é decorrente do fato de não haver liderança entre os *Black Bloc*.



Fotografia de Pablo Vergara de um jovem Black Bloc durante os protestos no Rio de Janeiro 2013.

Os próprios adeptos fazem questão de ressaltar que não se constituem como um grupo; dizem compartilhar apenas uma “tática de manifestação”. Um dos métodos adotados é correr entonando o canto “uh, uh, uh”, para forçar os policiais a acompanhá-los, sem que tenham clareza do destino final. Com esta tática, conseguiram ocupar a Câmara Municipal, no Rio de Janeiro, percorrendo um trajeto de 1,4 km. Os encontros são marcados no *Facebook*, na página do Rio de Janeiro, considerada a mais popular em relação aos demais estados, porque tem mais de 18 mil seguidores; também há links para manuais de guerrilha, preparo físico e de sobrevivência.

Brás, de 27 anos, técnico em Química, quebrou uma estátua que estava na Câmara, justificando o ato como uma forma de “protestar contra o que os políticos representam”. Ele afirmou na entrevista: “Eu não sou *Black Bloc*, visto preto pra poder ir na frente, só isso”. A estudante Natália R., 19 anos, defende “depredações de símbolos capitalistas”. “Entrei no grupo porque os acho corajosos, mais revolucionários do que quem só levanta cartaz. Fui seduzida por esse tipo de luta há um mês. A gente tem que afrontar, não se faz revolução com flores”. O estudante de Psicologia Jean S., de 19 anos, participou da ocupação da Câmara Municipal do Rio e afirma ter depredado as agências bancárias no Leblon, na zona Sul. Já foi ferido por estilhaços de vidro. Indagado se manifestava algum medo respondeu: “de ser preso, pela vergonha que minha mãe teria”.

De acordo com a matéria jornalística do *Jornal Estado de S. Paulo*, intitulada “Black Blocs já se articulam em 23 Estados do País” (Manso, Bruno Paes, *Metrópole*, 4 de agosto 2013, p. A23), no Maranhão, os integrantes da página dos *Black Blocs* no *Facebook* contam a história da Balaiada, movimento popular rebelde formado por “escravos aquilombados e caboclos”, que tomou a segunda maior cidade do Maranhão no século 19. Os de São José dos Campos colocaram na internet a imagem da “mãozinha do curtir” segurando um coquetel molotov. Já os goianos e os demais se dizem anarquistas e afirmam que a “sua pátria é o mundo inteiro” e a “sua lei é a liberdade”. No Pará, a bandeira brasileira está pintada de preto e vermelho, com o “A na bola”, símbolo do anarquismo, no lugar do lema *Ordem e Progresso*.

Quase dois meses depois do começo dos protestos com o Movimento Passe Livre, as discussões virtuais e presenciais sobre o uso da violência, como estratégia política nas manifestações de rua, vêm sendo feitas em 23 estados da federação brasileira. De acordo

com o levantamento daquele jornal, só os estados do Amazonas, Tocantins, Sergipe e Acre não têm ainda fóruns de internet dos *Black Blocs*. “Muitos dos jovens que estão usando essa estratégia de violência nas manifestações vieram das periferias brasileiras. Eles já são vítimas da violência cotidiana por parte do Estado e por isso os protestos violentos passam a fazer sentido para eles”, afirma o professor Rafael Alcadipani Silveira, Coordenador de pesquisas organizacionais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP).

Revolução, violência ou ação simbólica?

Para além desses dados, tomamos por base uma parte dos registros efetuados pelos meios de comunicação com o foco nos protestos de junho (2014), intercalando entrevistas⁶ feitas com jovens que participam das manifestações sociais. Iniciamos pela reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, que traz um box com um breve histórico do “Movimento dos Black Blocs”. Inspirada inicialmente em ativistas alemães, que atuavam de preto e com máscaras de gás como segurança nas manifestações nos anos 1990, segundo os dados, a estética e a ação dos *Black Blocs* se fortaleceram principalmente depois de ganhar espaço nos Estados Unidos, onde o pacifismo era o discurso hegemônico, graças às vitórias nas lutas pelos direitos civis, lideradas por Martin Luther King Júnior, e às passeatas hippies contra a Guerra do Vietnã, sob o lema “faça amor, não faça guerra”.

Atos de depredação em Seattle (EUA), em 1999, que impediram diversos delegados de chegarem à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), conseguiram provocar o debate sobre o papel da violência nas manifestações. Esses manifestantes passaram a argumentar que depredação não é violência, mas uma intervenção simbólica que atinge o cerne do capitalismo: a proteção à propriedade privada. De acordo com essa filosofia, seriam atos violentos somente as ações que ferem os indivíduos. Uma das referências do debate foi o livro *Como a não-violência protege o Estado*, do ativista americano Peter Gelderloos, que já esteve preso nos EUA e na Espanha. “Depois de Seattle, os movimentos sociais passaram a aceitar a violência como uma das estratégias políticas e a debater abertamente a questão”, explica o filósofo Pablo Ortellado, coautor do livro: *Estamos vencendo!* (2004), sobre os movimentos autonomistas no Brasil.

⁶ Entrevistas foram realizadas no dia 6 de setembro às 20:00 h com jovens acampados na Praça Cinelândia transferidos do “Ocupa Cabral”, no Leblon, e com estudantes que estavam mobilizados em solidariedade e pressão por conta da prisão de integrantes dos Black Blocs, no Rio de Janeiro.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foi primeiro a criticar os *Black Blocs* abertamente, através de um documento publicado pelo Jornal *O Estado de São Paulo*, de 03/08/2013. Para o PSTU “A verdadeira revolução é a ação das massas, não a de pequenos grupos”. E, além disso:

Nas grandes mobilizações, houve momentos em que milhares de pessoas se defenderam como puderam dos ataques violentos da polícia. Naturalmente, acreditamos que essas atitudes foram totalmente legítimas. Os *Black Blocs*, porém, têm uma ação distinta. Entram nas passeatas e, sem que tenha havido nenhuma deliberação por parte dos manifestantes ou dos grupos que organizaram o protesto, atacam de forma provocativa a polícia, que reage, sistematicamente, reprimindo e acabando com as mobilizações. Agem como provocadores da repressão policial, tendo sido responsáveis muitas vezes, por acabar com várias passeatas (PSTU. *Estado de São Paulo*, 03/08/2013).

A reportagem especial de capa da revista *Veja*, com o destaque “O bloco do quebra-quebra”, responsabiliza os *Black Blocs* espalhados pelo Brasil por transformar os protestos em arruaças, atribuindo a autoria aos jovens da periferia, punk, “tem até universitárias de tênis *Farm* e egressos de movimentos sociais decadentes, como o MST, engrossando as fileiras do bando”, definido pela revista como defensor da “destruição consciente da propriedade privada”. A matéria apresenta uma composição dos personagens que estariam à frente do movimento, desde a vestimenta, “lenços pretos, na versão original; de qualquer cor que estiver à mão, na versão brasileira... Os primeiros com calças justas e coturnos de cadarços vermelhos ou amarelos” (*Veja*, 21/08/2013).

De acordo com essa descrição, em São Paulo, completam o que chamam de “babel social” estudantes de universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). “Na semana passada, uma aluna de ciências sociais da USP engrossava o bloco do quebra-quebra calçando tênis da grife *Farm*, custando em média 250 reais o par: ‘É ótimo para manifestações’”, afirma. Na capital paulista, “essa turma heterogênea”, segundo a mesma Revista, se reúne em uma casa na zona oeste, em festas regadas a cerveja e ao som de rumbia – ritmo nascido na periferia de Buenos Aires. Ao final, assistem a filmes como: *Brad*, *Uma Noite Mais nas Barricadas*, uma ode ao produtor de vídeo americano morto por um grupo paramilitar, durante uma manifestação no México. No Brasil, os primeiros integrantes dos *Black Blocs* viviam nos moldes das comunidades hippies e liam livros, como *Manual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighela, e *The Black Bloc Papers*, que conta o histórico do grupo.

Após apresentar características desses personagens, ainda que seus rostos e identidades estejam encobertos, como também, citar seus pontos de encontro e falar de filmes, música de preferência e livros de inspiração, a matéria da revista *Veja* tenta relatar as táticas usadas nesse tipo de manifestação:

Em turmas de cerca de 100 pessoas, os *Black Blocs* assumem a frente dos protestos, a pretexto de compor uma barreira entre os manifestantes e os policiais. De braços cruzados, movem-se como uma massa uniforme em direção às barreiras de segurança. Quando a polícia se aproxima, emitem em coro e de forma ritmada grunhidos semelhantes a um grito tribal. Nesse momento, alguns membros lançam morteiros, coquetéis molotov e pedras com estilingues. O objetivo é provocar a polícia. Quando ela reage, eles se dividem: uma turma parte pra cima e a outra foge pra pichar muros, atear fogo em latões de lixo e destruir estabelecimentos, preferencialmente bancos, concessionárias de carros, lanchonetes de cadeia e tudo o que considerarem “símbolos do capitalismo”. Placas de sinalização viram armas e orelhões escudos (Megale; Aragão, In: *Veja*, 21/08/2013, p. 74).

Para acrescentar mais detalhes às estratégias de atuação dos *Black Blocs* descritas na matéria jornalística, é mencionada ainda uma cartilha apreendida pelo delegado Marco Duarte de Souza, da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, onde estão descritos os alvos do grupo: “bancos, grandes empresas e imprensa mentirosa”. Devem ser evitadas, segundo o texto, depredações de “carros particulares e pequenos comércios”. A revista contabiliza os prejuízos trazidos pelos *Black Blocs* no período de protestos: Em dois meses de manifestações, mais de 200 agências bancárias foram depredadas, o que causou um prejuízo superior a 100 milhões de reais, de acordo com a matéria. No comércio, foi de 38 milhões de reais. A Prefeitura de São Paulo teria gasto até agora 350 milhões de reais para consertar vidraças das estações de metrô destruídas, placas de rua e pontos de ônibus. No Rio de Janeiro, segundo os dados da mesma Revista, o prejuízo superou 1,5 milhão de reais. “Com toda essa destruição, porque não há vândalos presos?”, questionam os autores da matéria que definem esses atos como crimes.

Para eles e seus admiradores confessos – entre os quais professores universitários pagos com dinheiro público - destruir uma agência bancária a marretadas ou golpes de extintor de incêndio não é vandalismo, mas uma “ação simbólica que, inserida na ‘estética da violência’ simularia a ‘ruína do capitalismo’”. Embora haja uma definição mais precisa para isso – e ela pode ser resumida na palavra crime – quase nenhum *Black Bloc* está preso hoje no país (Megale; Aragão, *Veja*, 21/08/2013, p. 78).

Porém, a prisão, numa quarta-feira, no Rio de Janeiro, de três maiores em flagrante e a apreensão de dois menores, por fazerem parte do *Black Bloc* e por administrarem a página no *Facebook* do grupo, acaba por corroborar com a matéria da *Veja* de que este tipo de

protesto se configura como crime e dá uma resposta à cobrança da mesma revista de que quase nenhum deles havia sido preso no país (Jacob, *O Globo*, 05/09/2013). De acordo com a reportagem de *O Globo*, a operação foi deflagrada pela Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI) para desarticular o grupo conhecido como *Black Bloc*, “acusado de promover baderna e atos de vandalismo durante as manifestações que vêm sendo realizadas desde junho”. Os presos responderão por formação de quadrilha armada e incitação à violência e foram transferidos para um presídio. “Um deles também vai responder por pedofilia, já que foram encontradas em seu computador imagens de relações sexuais entre menores”. Segundo a chefia de polícia, a investigação para identificar integrantes vai continuar. Em depoimento na delegacia, um deles admitiu ser administrador da página no *Facebook*.

A operação contou com cerca de 30 policiais da DRCI, com o auxílio da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE) e de outras organizações especializadas que participaram da ação, visando cumprir seis mandados de busca e apreensão. Equipes se dividiram e efetuaram buscas em Niterói, São Gonçalo, Cachambi, Abolição, Maricá e Tribobó, no Rio de Janeiro. Na casa dos jovens, policiais apreenderam computadores, celulares, facas, jacarés, máscaras do *Anonymous*, máscaras de gás entre outros objetos. Os presos, de acordo com a Chefa de polícia, Martha Rocha, fazem parte do grupo dos 21 manifestantes já identificados com nomes e endereços, conforme disse o delegado Ruchester Marreiros, durante entrevista no Ministério Público. O advogado Gustavo Proença, do Instituto de Defensores de Direitos Humanos, que reúne profissionais voluntários na defesa de integrantes de manifestações, vai pedir a liberdade provisória dos três jovens – de 18, 20 e 21 anos, que estão presos. No entanto, o comportamento ostensivo dos policiais no conflito armado durante as manifestações acabou por acirrar os ânimos de parte dos ativistas e transformar as ruas em verdadeiras arenas de guerra. Esse poder de dominação da polícia e seu sistema penitenciário entram em ação na sociedade disciplinar:

Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadrinhamento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder. O nascimento da prisão, por exemplo, em fins do século XVIII, não representou uma massificação com relação ao modo como anteriormente se era encarcerado. O isolamento celular – total ou parcial – é que foi, ao contrário, a grande inovação dos projetos e das realizações de sistemas penitenciários. (Machado, In: Foucault, 1984, p. XIX).

Embora o foco das ações dos *Black Blocs* esteja na mira da polícia e de revistas, como a *Veja*, o Rio de Janeiro, como um todo, foi a capital que mais levou pessoas às ruas em julho

e agosto deste ano, e teve o maior número de manifestações, praticamente a cada semana, segundo a jornalista Fânia Rodrigues (*Caros Amigos*, setembro de 2013). Além disso, as ocupações em frente à casa do governador Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), da Câmara Municipal dos Vereadores, durante 13 dias no mês de agosto, e da Praça Cinelândia, em frente à Câmara e Teatro Municipal, no centro do Rio de Janeiro, criaram um ambiente de tensão em diferentes âmbitos do governo estadual e municipal. O governador Sérgio Cabral, sentindo-se acuado e os vereadores cada vez mais pressionados pelas manifestações foram obrigados a assinar uma ata, pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos ônibus.

A bancada governista na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Vereadores, apesar de sua maioria, enfrentou dura oposição que acabou por desgastar a imagem do PMDB no Rio, revelando uma grande baixa nas pesquisas de intenção de voto. Este é o cenário político da cidade levantado na matéria da Revista *Caros Amigos*:

A falta de transparência, a arrogância e a violência contra os manifestantes e a população das favelas cariocas são alguns dos elementos que fazem parte dos problemas que motivam a continuidade dos protestos nas ruas da capital cultural do Brasil. Tudo isso somado à forte repressão da Polícia Militar, as remoções de favelas, o polêmico projeto do entorno do Maracanã, que envolvia a demolição de uma escola pública e do Museu do Índio e as revelações de que um dos helicópteros oficiais estava sendo usado para levar o governador, a mulher, os filhos, a babá e o cachorro à casa de veraneio, só pioraram a imagem do governador (Rodrigues, In: *Caros Amigos*, setembro 2013).

A jornalista entrevistou os ativistas que estiveram acampados de forma permanente no *Ocupa Cabral*, em frente à casa do governador, no bairro Leblon, zona sul do Rio de Janeiro. Cerca de 20 pessoas ficavam acampadas e durante os fins de semana o número dobrava, com a organização de palestras de formação política, sarau e apresentações musicais. O cenário também serviu de painel para outras lutas e causas sociais, como a de famílias que perderam os filhos, como vítimas da violência do Estado, e que deixam lá seus cartazes, bandeiras e faixas. “Ninguém passa por aquela rua de forma indiferente, sempre há um grito, uma buzina, uma palavra de apoio aos corajosos jovens que está resistindo a toda forma de pressão política e policial”, escreve a mesma jornalista.

O biólogo Ernesto Fuentes Brito, de 36 anos, explica os motivos que levam os jovens a continuarem acampados no “Ocupa Cabral”, mesmo depois do pedido feito pelo governador de levantarem o acampamento em frente a sua casa, com a justificativa de que “O Cabral político deve ser separado do Cabral cidadão e pai”. Os manifestantes entenderam que as coisas não devem ser separadas e responderam com mais

manifestações. “Estamos aqui pra criar uma situação de desconforto, essa é uma forma de pressão popular. Estamos cansados de apanhar. Não vamos mais nos submeter à violência do Estado. Não vamos nos levantar daqui até que se abra o diálogo ou até o Cabral caia”.



Fotografia de Pablo Vergara durante os protestos do Ocupa Câmara na Cinelândia no Rio em 2013.

Porém, que tipo de sociedade os jovens manifestantes gostariam de ter? Mesmo depois de vivenciar de perto as manifestações e fazer um esforço para analisar suas variadas interpretações, resolvi ir pra rua ouvir as motivações e expectativas de alguns desses jovens resultando em uma série de entrevistas, anteriormente referidas. Vitor Borges, 25 anos, estudante de Direito da Universidade Estácio de Sá, assim se manifesta:

Eu tô na rua pela minha própria insatisfação que é geral da população toda. Ao mesmo tempo, que a gente luta pelas mesmas causas há 10 anos, vem acontecendo atuações do governo que nos faz mantermos na rua. Um mês depois da manifestação em junho, o Cabral criou a CEIV (Comissão Especial de Investigação dos Atos de Vandalismo), para investigar os atos de vandalismo, cujos resultados são essas prisões. Um dos artigos desse decreto tirava o nosso direito de nos manifestar e ser criminalizado, informando as nossas ações. Ficamos meio que acuados com isso. Teve um decreto essa semana proibindo de usar máscara e ir para a delegacia. Todos esses atos governamentais proíbem de pensar o que a gente pensa e de se manifestar, é o que move a gente. Qualquer pessoa hoje pode protestar da maneira que se veste uma máscara não significa o anonimato, significa o *V de Vingança*, o filme da Europa. Quando proibiram as máscaras, foi mais um motivo para que fôssemos pra rua com máscaras, faremos um baile de máscaras, faremos um baile de carnaval durante a manifestação na Avenida Passos. Nem máscaras de carnaval, podemos usar? (Entrevista em 06/09/2013).

Outra declaração é dada por Isabela Santos, 19 anos, estudante de Jornalismo, da Universidade Estácio de Sá, ao ser entrevistada: “Estou há 40 dias no “Ocupa Cabral”, no Leblon, desde a ordem de desocupação, não poderia voltar. A estratégia pra voltar é com uma nova integração de posse”. E diante da pergunta “O que você espera alcançar com a ocupação”, Isabela assim se pronuncia:

Eu quero que ele (Cabral) seja cassado e cumprido o impeachment pra não ser reeleito. Porque o Cabral nunca separou a vida privada da vida política, todo o dinheiro ele se beneficia com helicóptero, a mulher dele ser advogada da Supervia, do Metrô do Rio, são aquelas coisas durante o mandato, o privilégio e o poder pra se beneficiar a vida social. A gente vê que os políticos mudam, mas a gente nunca vê mudanças na saúde, é um lixo de atendimento. Estão maquiando a cidade com coisas que não vamos usar por achar que é tudo bonito. E passamos 6 horas numa UPA (Unidade de Pronto Atendimento), eu não estou satisfeita com a educação. E quem não tem dinheiro pra estudar numa escola particular? Nesses 40 dias de acampada, vi que o Leblon é outra realidade, onde eu moro não têm cinco viaturas de polícia, toda a segurança e mais todas as coisas relacionadas à burguesia e ao povo. Uns usufruindo enquanto outros não têm nada. Sem roupa, comida como fiquei neste acampamento, recebendo doação, doente. Não foi uma derrota, vamos voltar. Será perigoso, armas letais, vamos proteger nossa vida. É uma luta desigual, a gente não tem arma. Fui presa na semana passada, mas eu vou do mesmo jeito. Enquanto eu tiver voz, eu tiver força eu vou pra rua. A Rani foi espancada e eu me meti e fui presa por desacato, fui intimidada. E aí veio a perseguição política. Se você não esconder a identidade você é cassado, ameaçado. Se não posso ir com a cara limpa, não sei porque aprovar a lei da máscara (Isabela, Entrevista em 08/09/2013).

Os depoimentos dos jovens entrevistados expressam um misto de temor da perseguição política e da violência policial e, ao mesmo tempo, a resistência de manter a ocupação mesmo com a pressão para seguirem obedientes às normas da sociedade disciplinar. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis””. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e faz diminuir essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (Foucault, 1987, p.127). Na sequência, procuramos

captar o que poderia ser identificado como uma estética, presente nas manifestações sociais iniciadas em junho de 2013. Seria possível considerar dessas intervenções estéticas de alguns jovens e seus modos de subjetivação contemporânea como novas práticas de resistência, de engajamento político? Poderiam ser compreendidas como novas possibilidades e mecanismos de fazer política pela via da arte e da cultura?

Uma pesquisa sobre a cidade e seus modos de subjetivação, aponta que a concepção estética utilizada nos planos das cidades serviu a interesses diversos de produção e circulação de mercadorias e imprimiu uma rigidez e funcionalidade que levou a moldar o deslocamento dos corpos no contexto urbano e a uma certa disciplinarização do olhar e de processos de subjetivação a partir da era industrial. Além disso, com a cidade moderna, ocorreu a perda dos espaços comunitários onde se partilhava a vida cotidiana. A cidade concebida pelos arquitetos e urbanistas estaria distante, portanto, da cidade vivida e habitada com sua rede complexa de sentidos, de subjetivações e singularidades. “Na tensão entre cidade-razão moderna e a metrópole-dispersão contemporânea, os grupos juvenis vêm promovendo outras formas de intervenção nos espaços urbanos, configurando mapas alternativos, cosmopolitas e rearranjos nas relações com a política” (Furtado; Zanella, *Contracapa*, 2012).

Segundo as pesquisadoras, por conta de historicamente a imagem dos jovens estar vinculada a possibilidades de questionarem a realidade vivida, o que os permitiria modificá-la, foi estabelecida uma relação estreita entre juventude e transformação, sobretudo em decorrência de um protagonismo juvenil nos movimentos estudantis nos anos de 1960 em diversos países ocidentais. Porém, este cenário mudou a partir dos anos 1980 com a redemocratização da sociedade brasileira. Dissemina-se a partir daí até hoje um discurso sobre o desinteresse dos jovens com relação ao campo da ação política. “Mesmo sua participação nas movimentações de rua pelo *impeachment* de Collor, em 1992, foi largamente desqualificada por ser “espontaneísta”, “espetacular”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização” (In: Abramo, 1997, p. 27). O que esses pesquisadores constatam que isso talvez explique uma descrença por parte dos jovens em relação aos modelos tradicionais de atuar politicamente e aos modos convencionais de se lutar pela transformação da realidade.

A estética da violência produzida nas ruas e redes

Depois de ouvir esses jovens, sejam eles representantes de entidades que deram início aos protestos, sejam eles rotulados como *Black Blocs*, ativistas acampados, ou ainda outros tipos de manifestantes na multidão, é interessante observar esses personagens e perceber

que há uma estética nos protestos. No livro *Estamos vencendo* (2004), em que o fotógrafo André Ryoki dividiu a autoria com o historiador Pablo Ortellado, ele registrou muitas imagens dos protestos em São Paulo, entre 2000 e 2002. Embora o livro fale de Seattle, já que era um movimento internacional antiglobalização, que aglutinou anarquistas, intelectuais e políticos com a alternativa de que “outro mundo é possível”, André Ryoki identifica uma diferença estética nas manifestações, pois existia uma especificidade no Brasil: o caráter lúdico. “Essa proposta lúdica era uma especificidade da época, mas não vejo isso nas manifestações atuais”. Segundo ele, a ideia era ocupar a cidade, pois a metrópole concretiza as relações entre o capital e o trabalho de forma muito cruel. Os manifestantes queriam ir pra rua inverter essa lógica e “brincar” para subverter a ordem urbana. (Ryoki, André apud Sayuri, Juliana. “Reviver a utopia”. O *Estado de São Paulo*, página E6. Caderno Especial Aliás. 04/08/2013).

Essas manifestações se ancoravam em movimentos horizontais, sem hierarquia nem líderes; eram organizações autônomas que bebiam nas fontes do anarquismo. “Os anarquistas não estão ‘voltando’, porque nunca foram embora. Esses movimentos se contrapõem à organização partidária, que visa ao poder institucional. O alvo é outro: eles querem viver a própria utopia nas manifestações” (Ryoki, André, Op. Cit. *Jornal Estado de São Paulo* 04/08/2013).

Os protestos de junho no Brasil, carregados de símbolos, significados, narrativas e subjetividades, produziram uma estética trazendo todos os elementos de um espetáculo: a rua, como palco, a arena pública que concentrou milhares de ativistas, mas também as casas legislativas, como a Câmara Municipal de Vereadores, a Assembleia Legislativa do Estado e o poder executivo, no Congresso Nacional, em Brasília/DF. Havia personagens diversos, com seus figurinos – escuros ou coloridos, de botas ou coturnos, máscaras do *Anonymous* ou máscaras de gás, calças jeans ou uniformes policiais, – empunhando seus objetos de cena – cartazes, faixas, coquetéis molotov, bombas de gás lacrimogênio, armas e cassetetes, vinagre, etc., usando palavras de ordem, gritadas, cantadas ou escritas – “O gigante acordou” ou “Vem pra rua vem”, com intensos momentos de clímax, de conflito armado entre manifestantes e policiais, tumulto, correria, focos de incêndio e muitos holofotes da imprensa, que também entrou na guerra, nos sobrevôos de helicópteros, tanto da polícia quanto da imprensa. E essa multidão produziu subjetividades.

De um lado, estavam posicionados os policiais, representando o Estado, em nome da defesa do patrimônio público e privado, como também, os traficantes que se misturavam aos

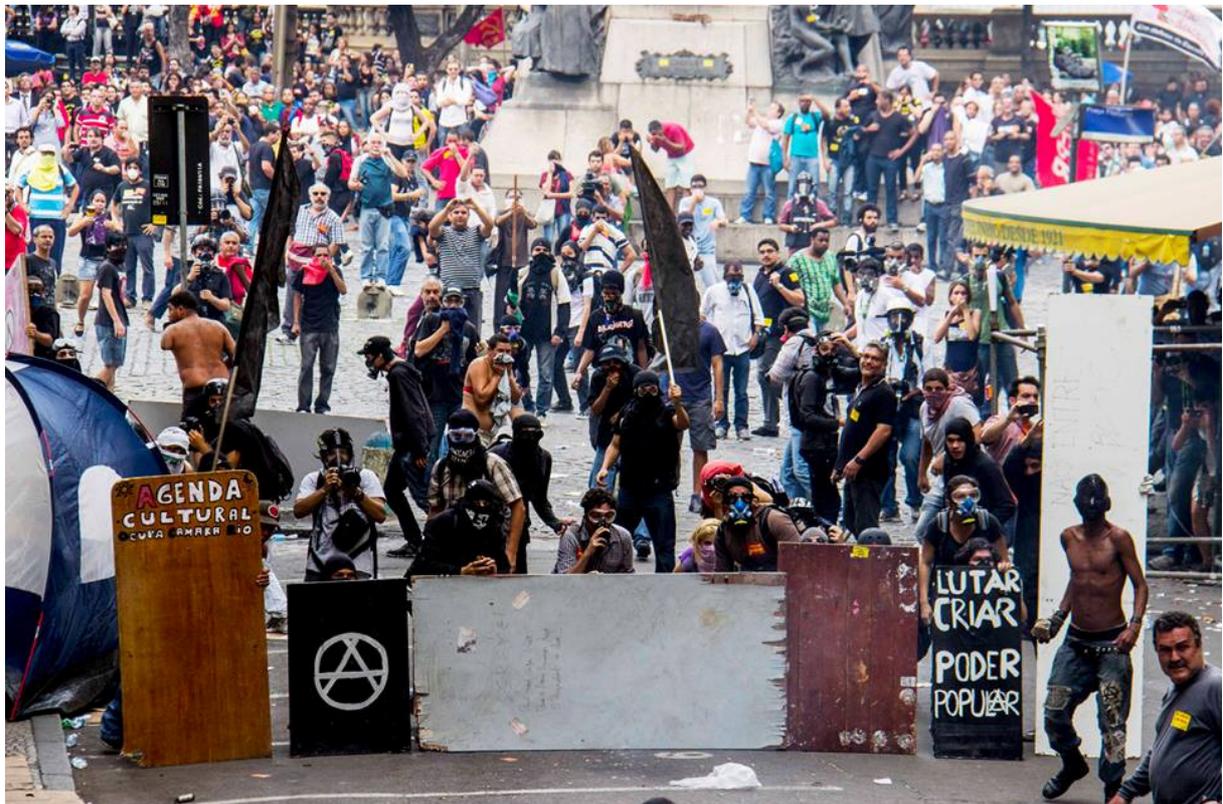
ativistas e que, assim como a polícia, representam o poder associado ao modelo produtivo adotado pelo capital, articulado ao consumo. Nesse caso, a subjetivação se dá em torno do consumo e do valor. De outro lado, estão os chamados *Black Blocs*, que escondem tudo e resistem a esse poder estabelecido e à política do consumo. Podem ser identificados como um fenômeno estético, tendo como principal estratégia separar a forma do conteúdo. Além destes, há os conhecidos *Mídia Ninja*, que, ao contrário, trazem tudo exposto, tudo revelado, assumindo uma Atitude Ninja. “Acho que a movimentação sem controle da juventude pelas ruas foi uma coisa muito bonita em junho, inclusive os *Black Blocs*. Eu acho que restringir os *Black Blocs* é muito careta pra ser de esquerda. Onde a esquerda vai acabar, se tiver horror de *Black Bloc*?”, pergunta a historiadora Vera Malaguti.

Esse anticapitalismo defendido pelos jovens nas ruas ganhou um tom bem mais anarquista, próprio dos *Black Blocs*, que passaram a se diferenciar dentro dos movimentos por suas intervenções mais radicais de enfrentamento direto aos bloqueios policiais e com a quebra dos bancos como um dos fortes símbolos do capitalismo. “Em meio às nuvens de gás lacrimogênio, policiais fortemente armados enfrentam os vultos nas ruas. Mascarados e vestidos de preto, esses vultos são os *Black Blocs*. A bandeira negra da anarquia ondula em meio ao voo de garrafas, pedras e, algumas vezes coquetéis Molotov. Os policiais atiram granadas de gás lacrimogênio e balas de borracha – às vezes balas de verdade”, descreve o cientista político Francis Dupuis-Déri, há mais de quinze anos pesquisando sobre a história e as manifestações dos *Black Blocs*. Déri afirma que, segundo um mito bastante difundido, só existiria um *Black Bloc*, uma única organização permanente com múltiplas ramificações internacionais, e pode variar de tamanho, tendo de alguns poucos indivíduos até muitas centenas. Ele faz uma definição desses personagens e de sua tática:

Os *Black Blocs* são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. Embora os *Black Blocs* por vezes recorram à força para exprimir sua crítica radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um *Black Bloc* é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político. Nesse sentido, um *Black Bloc* é como uma grande bandeira negra formada por pessoas no centro de uma manifestação. Como afirmou um ativista, “o *Black Bloc* é nosso estandarte”. Para explicitar ainda mais sua mensagem, os *Black Blocs* costumam ostentar diversas bandeiras anarquistas (pretas, ou vermelhas e pretas) e faixas com lemas anticapitalistas e antiautoritários (Dupuis-Déri, 2014, p.10).

Em geral, os manifestantes são chamados pela internet para a formação de um *Black Bloc*, como parte de uma mobilização maior, como ocorreu na Cúpula das Américas, em 2001; ou por meio de cartazes em muros, como em Berlim antes do Primeiro de Maio de 2013. Embora os grupos possam se encontrar horas ou dias antes para planejar e coordenar suas ações, nos casos de eventos muito importantes, o mais comum é que os *Black Blocs* surjam de maneira espontânea. Vera Malaguti lembra emocionada o momento em que os *Black Blocs* se somaram à manifestação dos professores nas ruas do Rio de Janeiro:

Quando teve a manifestação dos professores, tinha gente da minha idade que já é avô, apanhando da polícia. Aí chegaram os Black Blocs, e eu fico arrepiada (ao lembrar). Pô, chegaram os Black Blocs, não é o Bope, não é o CORE, são os Black Blocs, são os meninos.” Os professores saudaram. Mas sempre tem aquele limite: “desde que não seja baderna”...Aliás, baderna é uma palavrinha marcada. No Golpe de 1964 – que está fazendo 50 anos – “baderna” era a palavra “vândalos”....(Em setembro de 2013)



Fotografia de Pablo Vergara do confronto entre Black Blocs e a polícia nos protestos do Ocupa Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2013.

Em seu estudo, Dupuis-Déri deixa claro que o Black Bloc não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia, mas uma tática que possibilita que eles expressem uma visão de mundo e uma rejeição radical ao sistema político e econômico, “mas nem por isso são ingênuos ao ponto de achar que essa ação possa desenvolver uma teoria geral da

sociedade e da globalização capitalista” (Op. Cit., 2014, p. 11). Sua tática quando envolve o uso da força, lhes possibilita mostrar ao ‘público’ que nem a propriedade privada nem o Estado, representado pela polícia, são sagrados, assim como indicar que alguns estão preparados para se colocar no caminho do perigo contra o capitalismo ou o Estado, ou sua solidariedade para com os menos favorecidos pelo sistema. “Uma mulher que participou de muitos *Black Blocs* contou que suas ações contra as empresas e os veículos da mídia têm o objetivo de “mostrar que não queremos empresas e veículos de mídia com taxas de lucro inacreditáveis e que se beneficiem do comércio livre à custa da população” (Op. Cit., 2014, p.12). O tipo de ação dos *Black Blocs*, para esse pesquisador, está dentro do espetáculo midiático, na medida em que busca introduzir um contra espetáculo, ainda que, de certa forma, este dependa do espetáculo oficial, e da mídia pública e privada. Dupuis-Déri menciona o participante de um *Black Bloc* em Toronto, em 2010, que afirmou: “O *Black Bloc* não vai fazer a revolução. Seria ingênuo pensar que, por si só, o ataque seletivo contra a propriedade privada poderia mudar as coisas. Isso continua sendo propaganda”. (Op. Cit., 2014, p.12).

A verdade é que a ideia do *Black Bloc* se espalhou como uma onda por muitas passeatas, como, por exemplo, na marcha de Londres, em 31 de março de 2011, contra cortes nos serviços públicos... “quando as pessoas viram outras de preto, também passaram a usar preto. Alguns manifestantes até deixaram o protesto para comprar roupas pretas” (Op. Cit., 2014, p.13). Um veterano de diversos *Black Blocs* explica que o anonimato possibilita frustrar, ao menos em parte, a vigilância da polícia, que filma todas as manifestações e confisca imagens dos meios de comunicação para identificar, prender e intimidar ‘vândalos’. “Vestir preto permite que você ataque e depois volte para o *Black Bloc*, onde é só mais um em muitos outros” (...) “Dependendo da situação, as pessoas envolvidas em ações diretas podem escolher se dispersar, trocar de roupas e desaparecer em meio à multidão” (Op. Cit., 2014, p.13).

Essa tática, porém, que se provou eficaz após a Batalha de Seattle, nos Estados Unidos, agora perdeu o elemento-surpresa, facilitando que a polícia reprima ou manipule os manifestantes que a empregam. A popularidade, portanto, dos *Black Blocs*, os tornou mais vulneráveis à repressão, à vigilância e à infiltração policial. No entanto, em Seattle, fotos tiradas por ativistas e pela polícia indicam que os ataques do *Black Bloc* contra empresas e bancos começaram horas depois de os policiais dispersarem pela força os manifestantes que não usavam da violência e que estavam bloqueando as ruas e as entradas para o centro da cidade.

Nesse livro, Dupuis-Déri menciona o estudo comparativo, feito pelo sociólogo Patrick Rafail, com mais de mil manifestantes realizado em Vancouver, Toronto e Montreal, no Canadá, onde ele observou que as culturas policiais variam de uma cidade para outra. As prisões em massa, por exemplo, são mais frequentes em Montreal e que 22% das manifestações naquela cidade envolveram prisões, ao passo que Toronto apresentou 10% e Vancouver apenas 4%. E conclui, com isso, que a atuação dos manifestantes não é o fator principal da brutalidade da polícia. Em vez disso, em Vancouver é a relação de uma manifestação com grupos de contracultura, enquanto em Toronto é a identificação do evento com o radicalismo, e em Montreal, é o tema específico da manifestação que aumenta o risco de brutalidade policial: “a polícia de lá abomina manifestações contra o capitalismo, ou contra a brutalidade da polícia”. (Dupuis-Déri, 2014, p. 205).

O radicalismo vem sendo igualado a terrorismo, até mesmo em ações menos violentas que as dos *Black Blocs*, a exemplo do agricultor e ativista José Bové “destruindo” um McDonald’s, onde Max Clos, do jornal francês *Le Figaro*, estabeleceu uma semelhança entre a ação direta de Bové, conduzida, “sob o pretexto de combater a globalização” e os ataques de 11 de setembro, antes de acrescentar: “Obviamente, isso não tem a mesma escala que os ataques a Nova York, mas ambas têm o mesmo espírito”. Nos Estados Unidos, Michelle Malkin, da *Capitalism Magazine*, opina que “os titereiros anticapitalistas de cabeça oca de hoje atirando pedras são o John Walker Lindh de amanhã”, fazendo uma referência ao jovem norte-americano que entrou para o Talibã com o nome Abdul Hamid e foi preso pelo exército dos EUA, durante a invasão do Afeganistão. Assim como uma matéria da British Broadcasting Corporation (BBC) sobre o *Black Bloc* egípcio, envolvido na Irmandade Muçulmana, em janeiro de 2013, disse:

O canal de TV afiliado à Irmandade Muçulmana, Misr 25, relatou em 26 de janeiro que o *Black Bloc* era “parte de movimentos ditos revolucionários, como o Anarquismo e os Socialistas Revolucionários (trotskistas egípcios) Esses movimentos rejeitam a existência de qualquer sistema político, jurídico ou parlamentar. Eles pedem sociedades sem Estado. Para conseguir isso, adotam todas as formas de atos violentos e bárbaros, como assassinatos e incêndios. Esses grupos anarquistas de sabotagem não são grupos revolucionários. Na verdade, usam a revolução para causar caos” (Op. Cit., 2013, p.213).

Nessa mesma lógica dos jornalistas e colunistas, Alain Gérard Slama, do *Le Figaro Magazine*⁷, estabelece uma relação entre o 11 de setembro e os *Black Blocs*:

⁷ Slama, Alain-Gérard. Antimondialisation et terrorisme : vers une menace globale. *Le Figaro Magazine*, França, 15/09/2001.

É difícil não fazer uma relação entre o ataque que acabou de abalar a Meca do capitalismo mundial e a intensificação dos movimentos antiglobalização (...) todos eles contestam o Estado democrático liberal (...). Por enquanto, os vândalos da extrema-esquerda dos Black Blocs (...) são apenas alguns milhares. Só os cegos podem se recusar a ver a rapidez com que a doença está se espalhando. (Slama, 15/09/2001).

Além do comportamento da polícia e da imprensa às manifestações políticas, outro fator a ser considerado na criação de uma imagem negativa do *Black Bloc* para a sociedade é o estímulo ao consumo feito por determinadas empresas que lucram bastante com os protestos, sobretudo se forem carregados de conflitos armados. As empresas que fabricam e vendem armas anti-manifestantes fazem alarde da eficácia repressora de seus produtos, a exemplo das fotos tiradas na Cúpula do G20, que foram usadas para fins promocionais pela Mawashi, uma fábrica de equipamentos protetores para a polícia. Essa empresa usa também fotos em seu site onde faz referências a manifestações antiglobalização: “13 mil policiais empregados na Cúpula do G8 de 2007 na Alemanha; 433 feridos. Como saber se a sua tropa de choque está preparada para o trabalho? Se tiver a proteção de impacto CSA Z617, pode confiar”. Ou seja, no capitalismo denunciado pelos manifestantes considerados radicais, a própria repressão cumpre duplo papel: serve como propaganda para vender as armas para reprimi-los e para manter o sistema.

O rosto por trás da máscara

Na estética dos atuais protestos, o símbolo de Guy Fawkes marcou presença no Brasil nas ruas e redes sociais. A máscara do soldado inglês trazida no filme hollywoodiano *V de Vingança* (2006), passou a ganhar fotografias no *Facebook*, no *Instagram* e na imprensa. No artigo *Personagem - Anonymous Quem?*, do Jornal *O Estado de São Paulo*, a jornalista Juliana Sayuri descreve com detalhes os traços, assumindo que é uma difícil tarefa identificar quantos personagens estão por trás da máscara pop de Guy Fawkes.

Rosto branco, fino e ovalado, bochechas rosadas, cavanhaque estilo cafajeste e bigode debochado, olhos puxadinhos, sobrancelhas arqueadas e o sorriso de Mona Lisa um tanto cruel e sarcástico. Esse personagem poderia ser eu, poderia ser você, poderia ser a torcida do Corinthians acampada no Zuccotti Park em euforia semelhante à primeira conquista da Libertadores. Você já viu esse rosto. Seria um personagem esquecido, fosse tão identificável quanto um discreto perdido nas coloridas multidões. Ao contrário, porém, tem uma face muitíssimo pop. Guy Fawkes (1570/1606). (Sayuri, *Estado de S. Paulo*, 23/06/2013, Caderno Aliás, p. E4).

O rosto por trás da máscara tem, segundo a jornalista, uma história controversa. Foi o soldado católico que tentou explodir o Parlamento britânico no dia 5 de novembro de 1605, na Conspiração da Pólvora. A ideia era derrubar o rei protestante, os parlamentares e a nobreza. De posse de explosivos e conhecedor do seu uso, o soldado de 35 anos era o responsável pelos barris de pólvora. Mas o complô católico não deu certo; o golpe fracassou e Fawkes, acusado de traição, preso e torturado, se suicidou para escapar da condenação de morte. Esse “rosto” ficou diluído entre os manifestantes na rua, nas agitações sociais efervescentes no país e em festas. Alguns empunhavam cartazes “V de Vinagre”, uma referência ao “subversivo”, ácido acético proibido na manifestação paulistana no Movimento Passe Livre.

Muitas máscaras foram feitas desde que a HQ inglesa *V for Vendetta*, assinada pelo escritor Alan Moore e pelo ilustrador David Lloyd, na década de 1980, que ganhou uma versão cinematográfica em 2006, pela Warner Brothers. De acordo com a jornalista Sayuri, o *New York Times* alertou aos rebeldes durante as convulsões sociais, nos idos de 2011; as máscaras pretensamente anarquistas, produzidas na China e no México, contribuíram parcialmente para o lucro de US\$28 bilhões da gigante americana Time Warner, que detém os direitos da ilustração. Mas foram os hackers do *Anonymous* que lhes deram destaque internacional, com os protestos por volta de 2008. Assim, Guy Fawkes já é um símbolo – para não dizer um clichê – de diversos movimentos. Do outono americano no *Occupy Wall Street* aos levantes da Primavera Árabe, o herói folk do século 17 se tornou um ícone para esses movimentos "horizontais" e sem líderes. A jornalista Juliana Sayuri afirma que, em Londres, em 2011, Julian Assange também vestiu a máscara por uns minutos – mas a polícia pediu para que o fundador do *WikiLeaks* a retirasse, pois a lei britânica não permite "anonimato público". Em Istambul e Paris, em 2013, esse “rosto” também estava por lá, mais uma vez.

Por outro lado, "V" tem outra faceta fora do "mundo real", menciona o artigo. Vestindo o mesmo disfarce pop, no dia 18 de junho, ocorre uma inusitada mensagem do *Anonymous Brasil*. São os hackativistas - sonoro neologismo para "hacker + ativista"- que invadiram o *Instagram* da presidente e o *Twitter* de uma revista. Diz o início da mensagem de 1 minuto e 45 segundos, postado no *YouTube*: "Seremos simples e diretos. As mídias de rádio e TV dizem que não temos uma causa específica. Isso pode enfraquecer o movimento. Só a diminuição do valor das passagens dos transportes públicos não nos satisfaz, mas realmente temos que saber por onde começar um novo Brasil". A mensagem é transmitida

com música de suspense ao fundo, tom azulado nas imagens trepidantes e voz grossa digitalmente alterada tal qual os discursos do Movimento, propagados em outros idiomas. Desta vez, os mascarados brasileiros pretendem pautar cinco metas específicas para as novas manifestações:

"1º. Não à PEC 37; 2º. Saída imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional; 3º. Imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa do Mundo, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal; 4º. Queremos uma lei que torne corrupção no Congresso um crime hediondo; 5º. Fim do foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao Artigo 5º da nossa Constituição".

E isso para mostrar que os movimentos sociais podem até colocar máscaras para se defender, mas têm clareza sobre o que estão protestando.

A estética Mídia Ninja

Ainda na direção de identificar esses personagens, suas estéticas e subjetividades, no contexto das manifestações que ocorrem desde o início de 2013, no Brasil, a população e a imprensa brasileira foram atravessadas pela cobertura da *Mídia Ninja*, um coletivo midiavivista que ficou popular no contexto das manifestações, em especial, por fazer uma cobertura midiática diferenciada e ao vivo, portando celulares que transmitiram situações jamais imaginadas de serem cobertas pela imprensa formal brasileira. Assim, inauguraram uma série de rupturas de ordem política, estética e até comercial a partir da produção e transmissão destas multi-narrativas em primeira pessoa, mostrando a violência da Polícia Militar brasileira contra os manifestantes. No entanto, a pesquisa do artista Gabriel Mascaro sobre o anonimato no contexto dos protestos de junho no país faz o caminho inverso, usando imagens supostamente produzidas e filmadas pelos policiais contra os manifestantes com o foco nos pés:

Importantes movimentos políticos internacionais hoje se propõem mais horizontais, despersonalizados, internacionalistas, e que pregam o anonimato a partir do uso lenço negro ou de máscaras uniformizadas para cobrir a face nas ações diretas. Mas esta pesquisa aqui se lança para os pés, já que os sapatos revelam paradoxalmente esta singularidade que se esconde por trás deste rosto comum. As imagens policiaescas mapeiam de forma sistemática os sapatos e os rostos dos manifestantes de forma a criar uma associação. Uma vez que durante as manifestações é comum a troca de roupa ou o uso de máscaras, raramente os manifestantes trocam de sapatos, constituindo assim um fácil elemento para gerar a identificação (<http://pt.gabrielmascaro.com/Nao-e-sobre-sapatos>, 2013).

O que fazer com os pés?



Fotografia de Gabriel Mascaro de sua pesquisa sobre os pés dos manifestantes, 2013.

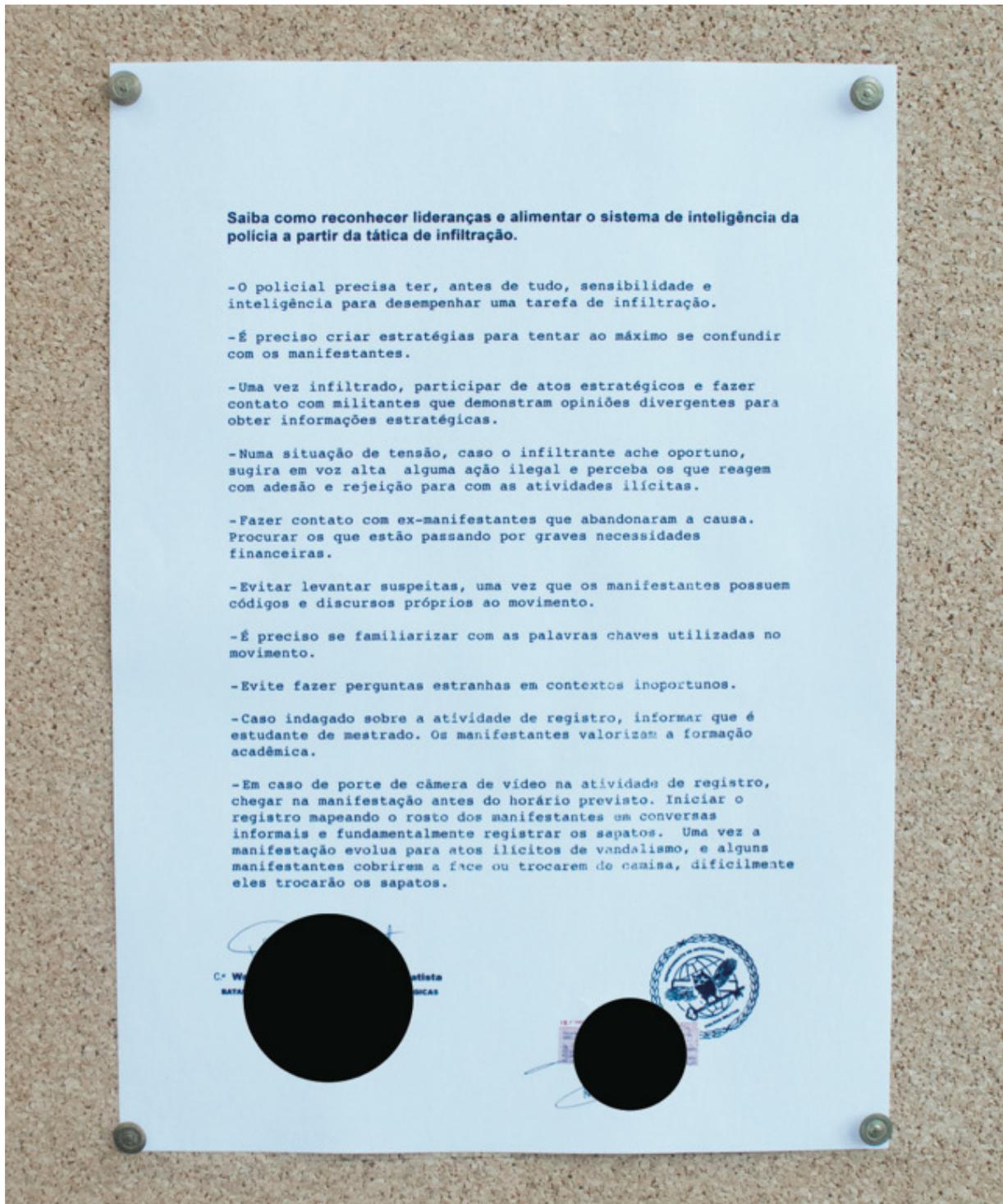


Fotografia de Gabriel Mascaro dos manifestantes nos protestos de junho 2013.

A mesma potência que identificamos na estética das ruas, fundamentada na biopolítica de Antonio Negri, aparece no trabalho de Gabriel Mascaro, mas com um interessante diferencial que, inicialmente, havia passado despercebido pelas diferentes imagens e interpretações dos protestos e que passou a ser utilizada pelos policiais para criminalizar os ativistas: os pés. O uso da máscara, de acordo com a pesquisa, não deu conta de encobrir as identidades dos manifestantes, demonstrando a fragilidade deste anonimato.

A premissa aqui é pesquisar as potências e as fragilidades do anonimato no contexto da biopolítica contemporânea das manifestações recentes no Brasil. Aqui, além da subjetividade que emana dos pés, os sapatos dos manifestantes são ícones geradores de provas criminais e uma intrigante ferramenta para lermos a política do presente. Em tempos de faces anônimas, o que fazer com os pés? (Mascaro. *Não é sobre Sapatos*, 2014).

Na sequência teremos uma fotografia, de Gabriel Mascaro, na obra citada, que desmascara as estratégias usadas pela polícia para reconhecer as lideranças dos protestos.



Fotografia de Gabriel Mascaro do sistema de inteligência da polícia com a lista de estratégias que utilizam para reconhecer as lideranças dos protestos.

Nós somos Anonymous

Mas, além dos ativistas radicais vestidos de preto intitulados *Black Blocs*, que, embora protegidos pela máscara, ganharam destaque nas manifestações, outro grupo que se espalhou pelo mundo, porém, cujo foco de atuação está na internet, é o *Anonymous*. Por trás do nome,

uma história, um personagem, um filme, um artista e toda uma estética. Sem rosto, sem líder, sem estrutura, de táticas tão arriscadas quanto o *Black Bloc*, os hackers estão no confronto, numa insurgência cibernética global.

Seus panfletos e mensagens digitais mostravam o logotipo de um homem sem cabeça trajando terno e cercado por ramos da paz (ao estilo dos ramos de oliveira do símbolo da ONU), supostamente inspirado na pintura surrealista de René Magritte, aquela com um sujeito de chapéu-coco e a maçã verde. Muitas vezes incluíam a máscara lasciva de Guy Fawkes, o revolucionário londrino adornado no filme *V de Vingança* e agora símbolo da horda rebelde e sem rosto. Era impossível quantificar os membros do Anonymous, mas não eram apenas dezenas, nem mesmo centenas de pessoas. Em dezembro de 2010 eram milhares de pessoas do mundo todo tinham visitado suas principais salas de bate-papo para participar dos ataques ao PayPal, e outras milhares visitavam habitualmente os blogs relacionados ao Anonymous e novos sites, como AnonNews.org. Todo mundo no ramo da segurança cibernética comentava sobre o grupo de hacktivistas, mas ninguém parecia saber quem era esse pessoal (Olson, 2014, p. 08).

O símbolo da máscara Anonymous não só ocupou as ruas nas manifestações ocorridas em diversos países, mas também a internet, pois é o nome de um grupo de hackers que criou um novo tipo de resistência, desafiando governos e grandes corporações ao redor do mundo, até a sua derrocada por conta da traição de um de seus integrantes. Milhares de ativistas se uniram, no final de 2010, para uma investida digital sem precedentes, atacando os sites da VISA, do MasterCard e da PayPal, para protestar contra o tratamento dado ao WikiLeaks e seu fundador, Julian Assange. Outros alvos, como a Sony Entertainment, a Fox, o Vaticano, a Igreja da Cientologia, foram hackeados, desfigurados e ridicularizados pelo grupo, que mandou o recado de que nada, nem ninguém estavam seguros. Milhares de contas de usuários e de sites de pornografia foram liberadas, expondo, entre outros, da intimidade de empregados do governo americano e do serviço militar. Parry Olson, que entrou no mundo do *Anonymous* e do Lulz Sec, detalhando centenas de conversas com os hackers, descreve as características desses grupos e suas ações:

Hacker era uma palavra famosamente vaga. Podia se referir a um programador entusiasmado ou a um criminoso cibernético. Mas os membros do Anonymous, ou Anons, com frequência eram chamados de hacktivistas – hackers com mensagem ativista. A opinião consensual baseava-se no fato de eles acreditarem que todas as informações deveriam ser livres e, caso você discordasse, podiam muito bem invadir o seu site. Afirmavam não dispor de estrutura nem de líderes, além de não constituírem um grupo, mas sim “tudo e nada”. A descrição mais aproximada parecia ser “marca, estilo” ou “ação coletiva”. Suas poucas regras lembravam as do filme *Clube da Luta*: não falar sobre o Anonymous, nunca revelar sua identidade verdadeira e não atacar a mídia, já que ela podia ser fornecedora de uma mensagem. (Olson, 2014, p. 07).

O anonimato facilitava a realização de atos ilegais, como invadir servidores, roubar dados de clientes de uma empresa e, em seguida, desfigurá-los. Uma das modalidades de ataque mais popular do grupo *Anonymous* é chamado de DDoS, tipo de ataque no qual um conjunto de computadores era coordenado para dominar um site com tanto tráfego que, temporariamente, o tirava do ar. “É como acertar um soco no olho de alguém. Você fica de olho roxo e dolorido, mas não morre disso” (Op. Cit., 2014, p. 10). Atos que poderiam levar os hackers a cumprirem uma prisão por dez anos, parecia não preocupar o grupo, que postava o seu slogan em blogs e sites hackeados:

Somos *Anonymous*
Somos Legião
Não perdoamos
Não esquecemos
Esperem por nós

Falamos de desejos, não de reivindicações

Bem, o fato é que milhares de, não somente rostos, mas corpos protestaram nas ruas, usando máscaras ou não, de uma forma mais branda ou radical, saíram da rede pra rua, fazendo o país trepidar como uma avalanche que saiu arrastando o que encontrou pela frente. Os protestos ganharam tanta dimensão e grandiosidade que, mesmo tendo eclodido e se estendido pelo curto tempo de menos de dois meses e pequenos focos de continuidade, conseguiram produzir abalos em todas as organizações, estruturas e instituições existentes: sindicais, partidárias, governamentais, legislativas, empresariais, comunicacionais, religiosas, acadêmicas. O sociólogo francês Michel Maffesoli interpreta que é o fim da política moderna. Ele cita outro sociólogo, Julien Freund (1821-1923), que dizia que o político é a ideia de um projeto, de um programa, da dimensão nacional, seja de esquerda ou de direita e identifica que há uma saturação, um tipo de indiferença. “Esses jovens não se reconhecem mais num programa, num partido ou sindicato. Não é mais programático, e sim emocional. A modernidade é racional, e a pós-modernidade é emocional” (Eichenberg, *O Globo*, 23/06/2013, p.7). No entanto, o economista João Pedro Stédile, líder do Movimento Sem Terra, pondera que:

A juventude é uma espécie de termômetro da luta de classes, quando esquenta, sobe a temperatura ela vai pra rua, mas ela por si não faz as mudanças, quem faz as mudanças é a classe trabalhadora. A juventude grita, protesta, anuncia, berra, denuncia, mas esses processos não têm concretude se a classe trabalhadora não se mexer (Stédile, palestra no Youtube proferida no dia 15/03/2014).

Já o cientista político Emir Sader faz um alerta de como o governo e os partidos devem dialogar com os jovens:

Este governo e os partidos populares ainda tem uma oportunidade de retomar diálogos com os jovens, mas para isso tem assumir como prioritários temas como os ecológicos, os culturais, os das redes alternativas, os da libertação nos comportamentos, sexuais, de drogas, entre outros. Tem que se livrar dos estilos não transparentes de comportamento, não podem conciliar nem um minuto com atitudes que violam a ética pública, tem que falar aos jovens, mas acima de tudo ouvi-los, deixá-los falar. Com a consciência de que eles são o futuro do Brasil. Construiremos esse futuro com eles ou será um futuro triste, cinzento, sem a alegria e os sonhos da juventude brasileira (Blog do Emir, www.cartamaior.com.br... 22/06/2011).

Mas afinal, o que quer a multidão? “Eu quero transformações radicais, fazer as pessoas pensarem de forma diferente” diz Raquel Glória, 24 anos, estudante de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que mora em Vila Isabel. E continua: “revolução por causa disso, muita gente nunca tinha ido pra rua, só isso já é válido; isso aqui é revolucionário, ocupar a Câmara Municipal e discutir política”. Embora participando das manifestações, ela não soube me dizer o que mudou, apenas que se tornou mais radical. “Fui um dia assistir uma ópera no Teatro Municipal e na saída havia uma manifestação acontecendo aqui na praça. Pensei: o que eu tô fazendo aqui na ópera enquanto a galera tá tomando bomba aqui fora. Depois de lá saí da ópera e vim pra cá pra praça” (Raquel Glória, Entrevista, 2013).

O conceito de multidão, produzido por Hardt e Negri (2002, p. 420) nos auxilia a interpretar essas manifestações que emergiram nas ruas.

Uma mitologia material da razão começa, portanto, a ser formada e construída nas linguagens, nas tecnologias e em todos os meios que constituem o mundo da vida. É uma religião material dos sentidos que separa as massas de todos os resíduos de poder soberano e de todos os “longos braços” do Império. A mitologia da razão é a articulação simbólica e imaginativa que permite a ontologia da multidão expressar-se como atividade e consciência.

Os motivos que explicam os protestos são diversos e se somam; tem a ver com a certeza de que o transporte deveria ser um bem comum, assim como o verde da praça, o aumento do aluguel, a remoção das favelas, as condições de atendimento nos hospitais, a melhoria da educação, a eliminação da violência policial, assim como pela água, a terra, a internet, os códigos, os saberes, a cidade, não nos faltam motivos para protestar. E não se trata da falta de foco ou de uma pauta específica de reivindicações, quando o organismo todo do país padece. O filósofo Peter Pelbart define que é a expropriação do bem comum pelos

mecanismos de poder que ataca e depaupera capilarmente aquilo que é a fonte e a matéria mesma do contemporâneo – a vida (em) comum. E para ele, não se trata de reivindicações, mas de desejos:

...quando arrombaram a porteira da rua, muitos outros desejos se manifestaram. Falamos de desejos e não de reivindicações, porque estas podem ser satisfeitas. O desejo coletivo implica imenso prazer em descer à rua, sentir a pulsação multitudinária, cruzar a diversidade de vozes e corpos, sexos e tipos e apreender um “comum” que tem a ver com as redes, com as redes sociais, com a inteligência coletiva (Pelbart, Peter, *Folha de São Paulo*, 19/07/2013, página Opinião).

Porém, Pelbart, no mesmo texto, afirma que não se deve subestimar a potência psicopolítica da multidão, que se dá o direito de não saber de antemão tudo o que quer, mesmo quando ocupa os jardins do palácio, “pois suspeita que não temos fórmulas para saciar nosso desejo ou apaziguar nossa aflição...como diz Deleuze; falam sempre do futuro da revolução, mas ignoram o devir revolucionário das pessoas”. Ele acredita que possivelmente uma outra subjetividade política e coletiva esteja (re)nascendo, aqui e em outros pontos deste Planeta, para a qual carecemos de categorias. Mais insurreta, de movimento mais do que de partido, de fluxo mais do que de disciplina, de impulso mais do que de finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isso garanta nada, muito menos que ela se torne o novo sujeito da história.

Ao participar ativamente das manifestações Rafaela de Paula, 18 anos, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, também entrevistada diz que:

Eu tô mais aqui pelo exemplo de ir pra rua. Faço parte do momento mais pra tornar um hábito, não acredito em coisas pequenas. A mudança que eu quero é grande demais para mudar a estrutura da sociedade, não um ponto específico. O *Ocuppy* foi um movimento há dois anos que começou nos Estados Unidos, contra todo o sistema capitalista, guerras. A questão era questionar e não uma resposta imediata do governo. A gente não sabe o que quer, mas o que não quer. Sistema opressor, polícia que é criminosa, mete a porrada, CPI dos ônibus com um miliciano presidindo. O sistema capitalista traz mais crises. Não vai ser uma crise que vai acabar o sistema, mas estamos no auge, no momento que está chegando, da coisificação de tudo. As pessoas vão pra rua tentando se encontrar; as pessoas não se reconhecem no seu meio, não se veem na cidade. Acho que as pessoas estão se procurando, como os sofistas de Platão que falava que o homem era o animal, bípede, desesperado. Os sofistas pra questionar passaram a procurar o homem de Platão. As pessoas estão procurando o seu potencial transformador (Rafaela, 2013, Entrevista).

Neste cenário político, social, cultural, artístico, há uma infinidade de agentes, personagens, mascarados ou não, jovens de diferentes perfis, mas não somente jovens.

Radicais ou menos radicais, há os acampados, os intitulados *Black Blocs*, enfim, uma mescla de subjetividades tão urgentes de se expressar que resiste a todo o aparato de repressão do Estado, ao apelo do governador, às investidas da imprensa de colocá-los no foco, como heróis ou vilões. Que propósitos sustentam essas manifestações que fazem jovens e nem tão jovens participar? O que esperam ao enfrentar a polícia, ao acampar, enfim, ao se manifestarem descontentes com a realidade atual? Diz Isabela “Eu espero um país onde tudo é igual pra todo mundo, quero isso pros meus filhos. Ou vou preferir não ter filhos se não se pode vir pra rua lutar pelos seus direitos. É uma ditadura disfarçada”. Já a estudante Raquel Glória amplia sua compreensão do que espera.

Talvez o que seja mais perto seja o anarquismo, mas não tenho certeza. Estou cansada de coisas velhas, estou cansada desse tipo de sociedade. Ter liberdade para usar e fazer o que tem direito. As instituições têm que mudar de caráter. Acho que tenho pouca maturidade para vislumbrar algo deste tamanho. Quando eu não vou poder transformar algo no meu trabalho de antemão, não sou artista, não tenho talento, no trabalho não tenho autonomia pra isso, só na rua. Se eu tivesse um violão para envolver gerações. Só posso mudar na educação dos filhos. Nem quando se abre seu próprio negócio, você está sujeito a leis e dentro do sistema. Quando as pessoas vão pra rua elas procuram muito o sentido, o prazo, a meta. Vai sem esperar, porque ter algo escrito? Objetivo é coisa que tem meta a cumprir. Se eu fosse esperar já teria desistido” (Raquel. Entrevista, 2013).



Fotografia de Pablo Vergara de manifestante nas ruas do Rio de Janeiro, 2013.

De fato, “o poder imperial já não pode resolver o conflito de forças sociais pelo esquema mediador que substitui os termos do conflito. Os conflitos sociais que constituem o político confrontam-se diretamente, sem qualquer espécie de mediação” (Hardt; Negri, 2002, p. 417). Para Hardt e Negri, na mesma obra, a crise generalizada da representação coloca no centro da agenda política a necessidade de experimentar novas formas de repercussões e formas não representativas de organização democrática. Esses autores defendem que precisamos de um novo vocabulário e enquadramentos conceituais novos para entender o mundo contemporâneo e as possibilidades que ele nos proporciona. Para eles, parece que esse tipo de engajamento filosófico ou de renovação conceitual está em curso, mas de um modo mais abrangente do que se possa imaginar.

Ainda que possam estar imbuídos de um certo heroísmo, os manifestantes, ao mesmo tempo em que se contrapõem ao sistema do qual são integrantes, pretendem ocupá-lo e transformá-lo, como protagonistas da história. Mesmo quando assumem a linha de frente dispostos a apanhar, a aspirar ao gás lacrimogêneo ou a ser presos, procuram preservar a identidade se escondendo atrás da máscara do *Anonymous*. Porém, eles parecem perceber que esses personagens, assim como suas máscaras, são deslizantes. Eles conseguem colocar na centralidade do país o difícil cotidiano das pessoas nas grandes cidades, e ainda que sejam criticados e deslegitimados, principalmente pela grande imprensa conservadora e reacionária, por não apresentarem uma proposta de mudança ou por assumirem posturas radicais, por irem para o embate ou quebrarem carros, bancos e lojas, os ativistas não arriscam apontar o caminho, o modelo, o projeto, a pauta, temendo repetir a mesma lógica do que não concordam de se perpetuar.

Da mesma forma, o roteiro dessa história é tão multifacetado, híbrido quanto seus atores. Outro ponto a destacar é que nunca se falou tanto em política na cidade, por todos os cantos e na voz de muitos dos cidadãos comuns, considerados Anônimos, rompendo com uma certa atmosfera apática, despolitizada e morna, de uma aparente zona de conforto que buscava evitar o conflito e o senso crítico. O estado de torpor trazido pelas facilidades utilitárias das mercadorias, dos equipamentos e roupas, da corrida veloz que nos faz sentir atrasados em comparação com a máquina, as novas técnicas e o curto tempo, parece ter se rompido soltando uma infinidade de gritos sufocados de uma só vez. Na ocupação do espaço público, acabaram se juntando o movimento do passe livre, com os insatisfeitos contra a cura gay, os sem teto, os índios da Aldeia Maracanã e outros indignados que foram às ruas e, ao mesmo tempo, se esbarrando no contra-fluxo a Marcha das Vadias com a Jornada Mundial da

Juventude, misturando diferentes bandeiras, palavras de ordem, inquietações, símbolos e expressões profanas, religiosas, políticas, científicas, culturais, artísticas... A rua teve espaço para o encontro com Dionísio, Baco, Apolo, Jesus Cristo, Deleuze, Foucault, Marx... E quem mais viesse.

E aqui emerge ainda uma questão fundamental que parece sinalizar uma mudança. A indignação geral causada pelo desaparecimento do pedreiro Amarildo, da Rocinha, no período dos protestos, atingiu a tal ponto a população que atravessou as manifestações como um todo, não somente no Rio de Janeiro, mas em muitas cidades pelo país. Da mesma forma, mas com menor ênfase, os temas da saúde, educação, o casamento gay, atravessaram os atos ultrapassando as questões corporativas, ainda que tenham também proliferado as manifestações de cada categoria. As lutas sociais, ambientais, culturais, econômicas, sexuais, feministas, somente em forma de movimentos fragmentados nos dividem e não são capazes de ruir e abalar o sistema capitalista, que nos oferece mercadorias de consumo para toda essa diversidade, conforme nos dizia Ellen Wood (2003).

Ao escrever sobre a experiência de construir uma estrutura estatal plurinacional, autônoma e de um governo revolucionário que baseou sua solidez e estabilidade na unidade do povo boliviano, de suas organizações sociais, indígenas-campesinas, trabalhadoras e populares, o vice-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, o sociólogo Álvaro Garcia Linera fala das tensões criativas da revolução e reconhece que:

...são contradições vivas e dialéticas do nosso Processo de Mudança, forças produtivas que nos permitem avançar. Se tratam de tensões próprias de um processo revolucionário que tem que afrontar problemas, contradições e novas lutas não previstas nem planejadas com antecedência porque assim são as verdadeiras revoluções (Linera, set. 2011, p. 29).

Apesar das diferenças e contradições que encontramos nos distintos setores sociais populares e o aproveitamento que fazem os setores reacionários da velha elite neoliberal, são tensões, temáticas e divergências que visibilizam debates no seio do povo, que envolvem a sociedade e servirão para observar, defender, acelerar ou fortalecer o seu processo revolucionário. Vitor, também entrevistado, expressa o que espera com as lutas que mobilizam estudantes e trabalhadores de todo o país.

Pra mim a gente deveria mudar a nossa Constituição e o Código Penal, acrescentar penas mais severas para os crimes que hoje liberam os criminosos. Se você muda o Código Penal e não altera nada na Constituição não adianta porque ela é suprema. Por isso deve haver modificação nos dois. Esta será a minha monografia no curso de Direito (Vitor. Entrevista, 2013).

E complementa: “vivemos uma opressão de 10 anos, desde FHC que discute internamente e não vai pra rua. Desde que o PT ocupou o governo os movimentos sociais deixaram de ir pra rua, enfraqueceram muito e agora voltamos” (Vítor. Entrevista, 2013).

A constatação evocada com insistência por pensadores como Antonio Negri, Giorgio Agamben, Paolo Virno, Jean Luc-Nancy, Maurice Blanchot, é a de que vivemos uma crise do “comum”. As formas que antes pareciam garantir aos homens um contorno comum, e asseguravam alguma consistência ao laço social, perdem sua pregnância e entram definitivamente em colapso, desde a esfera dita pública, até os modos de associação consagrados, comunitários, nacionais, ideológicos, partidários, sindicais.

Perambulamos em meio a espectros do comum: a mídia, a encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas igualmente as recaídas étnicas ou religiosas, a invocação civilizatória calcada no pânico, a militarização da existência para defender a “vida” supostamente “comum”, ou mais precisamente pra defender uma forma-de-vida “comum”. No entanto, sabemos bem que esta “vida” ou esta “forma-de-vida” não é realmente “comum”, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, esses pânicos, esses circos políticos, esses modos caducos de agremiação, ou mesmo esta linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um sequestro (Pelbart, 2003, p.28).

Diferente do comum considerado e também vivido antes como aquele espaço abstrato que conjugava individualidades e se sobrepunha a elas, seja como espaço público ou político, hoje o comum é o espaço produtivo por excelência. Dentro disso, Pelbart, na mesma obra, avalia que o trabalho dito imaterial, a produção pós-fordista, o capitalismo cognitivo, todos eles são frutos da emergência do comum, o saber, a linguagem, a inteligência, os saberes, a cognição, a memória, a imaginação e, por conseguinte, a inventividade comum. Mas também requisitos subjetivos relacionados à linguagem, como a capacidade de comunicar, de relacionar-se, de associar, de cooperar, de compartilhar a memória, fazer conexões e proliferar as redes. Ele menciona que o comum para Heráclito era o *logos* e que a expropriação do comum, numa sociedade do espetáculo, é a expropriação da linguagem, sequestrada por um regime democrático-espetacular, de modo que já não revela nada e ninguém se enraíza, entrava a própria comunicação ao atingirmos o ponto extremo do niilismo. Para isso, Agamben (1990) evoca uma resistência vinda, não de uma classe, um partido, sindicato, grupo, minoria, mas de uma singularidade qualquer, de qualquer um, que não reivindica uma identidade, que constitui uma multiplicidade inconstante, mas manifesta o seu ser comum “é a condição – diz Agamben, de toda a política futura.

Volta a pergunta insistente: Como pensar as subjetividades em revolta? Talvez o desafio atual seja intensificar esses estalos e rachaduras a partir da biopotência da multidão. Afinal, o poder, como diz Negri (2000), inspirado em Espinosa, é superstição, organização do medo; Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação, como nos diz Pelbart (2003).

Ao contrário dos que muitos afirmaram de que não havia uma pauta clara de reivindicações ou de chamar alguns ativistas de reacionários, os protestos nos mostraram que as múltiplas motivações, individuais ou coletivas, expressam o esgotamento de um modelo capitalista, desenvolvimentista, que não se resolve no atendimento de reivindicações específicas, nem na reforma, concertação ou substituição do modelo, senão numa mudança estrutural que não tem nome ou formato. Quem sabe pode ser pensado como um horizonte distante, por isso difuso e apontando que ainda há muito para ser construído, com todos os riscos, contradições e incertezas de futuro. As experiências históricas de revoluções mostram que estas não têm um formato pré-determinado; podem ser uma estrada que se vai demarcando no processo em que os movimentos populares se organizam, se articulam, se manifestam e, com isso, constroem outras alternativas de transformação da realidade.

Neste percurso, de uma comunidade ausente, dos sem comunidade, quem sabe se possa descobrir comunidade lá onde não se via comunidade, possíveis linhas de fuga. Assim como novos desejos de comunidade emergentes estão surgindo, novas formas de associar-se e dissociar-se, de compartilhar os afetos. Na contramão dos sequestros do comum, da expropriação do comum, trata-se de pensar o comum ao mesmo tempo como imanente, ou seja, que está dado, e por outro, que ainda está por se construir. Como estamos vendo, o roteiro dessa história, - assim como os seus múltiplos atores, e suas subjetividades individuais e coletivas, - está em processo de construção, onde a insurgência das ruas revela-se um importante motor de transformação.

É certo que no capitalismo estético, pontuam Lipovetsky e Serroy (2014, p. 41), conseguiu se criar um ambiente estético fértil, difundindo, ao mesmo tempo, normas de existência de tipo estético (prazer, emoção, sonho, evasão, divertimento). No entanto, este modelo estético de existência está voltado para o consumo, estando longe de ser sinônimo de vida prazerosa, porque acompanhado de dependência, de febrilidade, de sujeição aos modelos comerciais, de uma relação, com o tempo e com o mundo, dominada pelos imperativos da velocidade, do rendimento e da acumulação. Uma vida estética neste nível não pode ser aprisionada nos limites das normas do mercado. Assim, finalizo a reflexão proposta neste texto apropriando-

me da citação de Lipovetsky e Serroy (2014, p. 42), quando afirmam: “Dever-se-ia sublinhar os limites, as contradições que estão no centro da sociedade de mercado transestético, assim como as vias que conduzem a uma vida estética mais rica, menos insignificante, menos formatada pelo consumismo.” Quem sabe podemos seguir um pouco por esta trilha sem, no entanto, imaginar que ela é definitiva porque, assim, estaríamos negando tudo o que analisamos e afirmamos neste artigo. Um pouco de suspense também pode nos desafiar e estimular...

Referências:

Agambem, G. *La communauté qui vient*. Paris Seuil, 1990.

Assis, Neiva. “Relações entre Jovens, arte e cidade: (im) possibilidades de relações estéticas em programas de contraturno escolar”. Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Bergson, Henri. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Cabral, João Pina, “Tudo que tem nome existe – Mundo e Condição Humana”, In: Conferência de abertura proferida na *X Reunión de Antropología del Mercosur*, realizada na cidade de Córdoba, na Argentina, de 10 a 13 de julho de 2013.

Carta, Gianni. “A falácia democrática”. Entrevista: A tradição liberal é antidemocrática segundo Jacques Rancière. O objetivo é criar um governo dos educados e iluminados. *Carta Capital*, Ano XX, nº 819, p. 52 a 53, 1º de outubro de 2014.

Chauí, Marilena. Revista *Caros Amigos*. Edição 197, 19/08/2013, p. 10-14.

Delorenzo, Adriana. In: Edição Especial Fórum (124): “Era óbvio. As cidades estão insuportáveis”, SP, julho de 2013, pag. 18-19.

Depuis-Déri, Francis. *Black Blocs*. Tradução de Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.

Duarte, Lívia; Barros, Joana. In: Entrevista: Vera Malaguti – “Movimento de rua é sempre bom, principalmente quando as causas são justas”. Rio de Janeiro. *Proposta – Revista Trimestral de Debate*, Ano 38, nº 127, 2014.

Eichenberg, Fernando. “Vejo esses movimentos como Maios de 68 pós-modernos”. *Jornal O Globo*: O Brasil nas ruas. Entrevista com Michel Maffesoli. 23/06/2013, p.7.

Fantti, Bruna, Vettorazzo, Lucas. “Adeptos do ‘Black Bloc’ crescem no Rio”. *Jornal Folha de São Paulo*. Seção: Cotidiano. 4 de agosto de 2013, página 5.

Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do Poder*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. “O filósofo mascarado”. Entrevista com C. Delacampagne, fevereiro de 1980. *Jornal Le Monde*. Nº 10.945, 6 de abril de 1980: Le monde-dimanche. pags. I e XVIII.

Furtado, Janaína Rocha. “CriaInventi (cidades): Os processos de criação no grafite. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

- Gomes, M. A. “Passe Livre já: participação política e constituição do sujeito”. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Goyano, Jussara. A nova marcha dos 100 mil. *Psique, Ciência e Vida*: Ano VII, Edição 91, São Paulo, julho 2013, p.57-60.
- Hardt, Michael; Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- Harvey, David. Entrevista concedida a John Brissenden e Ed Lewis, do site britânico *New Left Project*, dia 13/07/2012. (Tradução: Daniela Frabasile e Laís Bellini). Disponível em: [www.newleftproject.org/ John Brissenden ...](http://www.newleftproject.org/John_Brissenden...) (Consulta feita em 23/08/2013).
- Jacob, Pablo. “Black Blocs presos vão responder por formação de quadrilha armada”. Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2013.
- Linera, Álvaro García. Las tensiones creativas de la revolución: La quinta fase del proceso de cambio. *Cadernos FLACSO*. Rio de Janeiro, n° 7, set. 2011, p. 29.
- Lipovetsky, Gilles, Serroy, Jean. *O capitalismo estético na era da globalização*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2014.
- Machado, Roberto. Introdução. “Por uma genealogia do poder”. FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*. 4° edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. VII - XXIII.
- Maffesoli, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. São Paulo: Forense Universitária, 2006.
- Manso, Bruno Paes. “Black Blocs já se articulam em 23 Estados do País”. Jornal *Estado de São Paulo*. 04/08/2013, Metrópole, p. A23.
- Magnani, José Guilherme. Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n° 49, junho, 2002.
- _____. Os circuitos dos jovens urbanos. *Revista Tempo Social*, v. 17, n° 2, p. 173-205, nov. 2005.
- Mayorga, Claudia; Castro, Lucia Rabello; Prado, Marco Aurélio Máximo. *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- Mascaro, Gabriel. *Não é sobre sapatos*. Exposição e pesquisa realizada em 2014 e veiculada no site: [http:// pt.gabrielmascaro.com.br/](http://pt.gabrielmascaro.com.br/)
- Megale, Bela. Aragão, Alexandre. “O bloco do quebra-quebra”. *Revista Veja*. São Paulo, 21/08/2013, p. 74.
- Modelli, Laís. “Quando a cidade aflige”. *Revista Caros Amigos*, julho 2013, p. 1 - 13.
- Nabuco, Aray; Vasconcelos, Frédi; Primi, Lilian; Nabuco, Wagner. “Marilena Chauí: O efeito das manifestações”. *Revista Caros Amigos*: Edição 197. “A Revolta Urbana”, agosto de 2013, p.10-14.
- Nancy, J. L. *La communauté affrontée*. Paris, Galilée, 2001, p.26.
- Negri, Antonio; Cocco, Giuseppe. *Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- Negri, Antonio; Hardt, Michel. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Oliveira, Erica; Simeoni, Gabriel; Moreira, Arielli; Carvalho, Maurício. “A tarefa é fortalecer as lutas”. *Revista Caros Amigos*, julho 2013, p. 32.

Olson, Parmy. *Nós somos Anonymous: por dentro do mundo dos hackers*: LucSe, Anonymous e o poder revolucionário do ativismo na internet. Tradução Henrique Guerra. São Paulo: Novo Século, 2014.

Pacheco, Anelise dos Santos. In: “Não é mole não, pedi transporte público e me deram um caveirão: uma descrição não distanciada das manifestações políticas de junho e julho de 2013 no Rio de Janeiro”. RJ. *Proposta – Revista Trimestral de Debate da FASE*, Ano 38, n° 127, 2014.

Pelbart, Peter. *Vida Capital. Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. “Anota aí: eu sou ninguém”. *Jornal Folha de São Paulo*. Seção: Opinião. 19/07/2013.

Ryoki, André *apud* Sayuri, Juliana. “Reviver a utopia”. *Jornal Estado de São Paulo*, página E6. Caderno Especial Aliás. 04/08/2013.

Ryoki, André; Ortellado, Pablo. *Estamos vencendo – Resistência global no Brasil*. Série Baderna. São Paulo: Editora Conrad, 2004.

Rossinetti, Carolina. A globalização do protesto. Entrevista com a socióloga Saskia Sassen no *Jornal Estado de S. Paulo*, página Geral, dia 14 de agosto de 2011, <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-globalizacao-do-protesto,758196,0.htm>

Sayuri, Juliana. Personagem – Anonymous Quem? *Jornal Estado de S. Paulo*. Caderno Aliás. São Paulo, 23/06/2013, p. E4.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Simeoni; Gabriel; Carvalho, Maurício; Moreira, Arielli. Entrevista com Érica de Oliveira. “A tarefa é fortalecer as lutas sociais”. Revista: *Caros Amigos*. Edição 196. Seção: Artigos e Debates. 16/07/2013.

Véra, Pedro; Antunes, Ricardo, Druck, Graça: “Protestos de Junho: elementos iniciais de análise”. Sessão Especial: “As manifestações de Rua no Brasil: algumas reflexões”. *Congresso da Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho – ALAST*, realizado na USP, no período de 2 a 5 de julho de 2013.

Vergara, Pablo. Fotografias pesquisadas na internet no dia 5 de abril de 2014 no endereço: <https://www.facebook.com/atelierbananeiras?fref=ts>.

Nancy, J. L. *La communauté affrontée*, Paris, Galilée, 2001, p.26.

Zanella, Andréia; Furtado, Janaína Rocha; Assis, Neiva; Bueno, Gabriel; Levitan, Déborah. In: “ReXistências. Juventude e a experiência da política no contemporâneo”. Mayorga, Cláudia, Costa, Lucia Rabello de, Prado, Marco Aurélio. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

Zanella, Andreia. “Pode até ser flor se flor parece a quem o diga: reflexões sobre educação estética e o processo de constituição do sujeito”. In: Zanella, A.; Ros, S. Z.; Maheirie, K. (org). *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006.

Zanella, A.; Levitan, D.; Bueno. G.; Furtado, J.; Sobre reXistências. Revista *Psicologia Política*. No prelo.

Wood, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO, muito especialmente, ao meu orientador Pablo Gentili e sua luta pela Educação, uma das principais pautas justas que surgiram na multidão das ruas.

AGRADEÇO à direção e a toda equipe de professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais - CLACSO,

AGRADEÇO aos meus familiares, especialmente à Marlene Ribeiro, que me levou pras ruas quando pequena pra militância, me inspirou com sua história de vida e continua a me acompanhar neste caminho fazendo a revisão, por mais de uma vez, neste trabalho; ao meu pai, guerreiro Aldenir dos Santos Pardo; à grande parceira Eliane Pardo, ao Wladimir Pardo, que muito me ajudou, ao meu companheiro Steven Dutt-Ross, pela cumplicidade e apoio, à jornalista Fânia Rodrigues..

AGRADEÇO aos professores e pesquisadores que iluminaram este trabalho, com suas escritas, análises e posicionamentos.

AGRADEÇO E PARABENIZO o repórter fotográfico chileno Pablo Vergara e o artista brasileiro Gabriel Mascaro pela potência de suas criações e pelo engajamento e militância política pra estarem nas ruas e se embrenharem na multidão e mostrarem com suas imagens de rostos, corpos, dos pés da população da cidade e do país em estado de confronto e de festa, de potência, de desejo de mudança.

De vida.

Agradeço a todos os militantes.

São os imprescindíveis, os que lutam por toda uma vida...

Que seria deste mundo sem militantes? Como seria a condição humana se não houvesse militantes? Não porque os militantes sejam perfeitos, porque tenham sempre a razão, porque sejam super-homens e não se equivoquem. Não é isso.

É que os militantes não vêm para buscar o seu, vem entregar a alma por um punhado de sonhos. Ao fim e ao cabo, o progresso da condição humana depende fundamentalmente de que exista gente que se sinta feliz em gastar sua vida a serviço do progresso humano.

Ser militante não é carregar uma cruz de sacrifício. É viver a glória interior de lutar pela liberdade em seu sentido transcendente.

(Pepe Mujica, Presidente do Uruguai, 2014).